

06/01/2020

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Racismo gera diferença salarial de 31% entre negros e brancos, diz pesquisa](#)
[Novas operações ambientais e em terras indígenas da Força Nacional de Segurança Pública caíram 50% em 2019; operações na Esplanada dos Ministérios chamam atenção](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Inscrição por Sisu e ProUni](#)

[Papel da ciência no mundo contemporâneo é o tema da redação da Fuvest de 2020](#)

O GLOBO - RJ

[Empenho e resultados são critérios do sobe e desce no time de Bolsonaro](#)

[Nota menor a meninos](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MAN - Interação entre universidade e empresa no país é subestimada](#)

Imprensa Estadual

O POVO - CE

[Bolsas 2020](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Matriculas para EJA começam nesta segunda \(6\); veja escolas com educação para jovens e adultos no Paraná](#)

[Matrículas de ensino integral no DF caíram no 1º semestre de 2019, aponta censo](#)

[Enade 2020: provas serão aplicadas em 22 de novembro, veja quais os cursos avaliados no exame](#)

PORTAL ISTOÉ

[Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Estação científica na Antártida será reaberta sob temor de falta de verbas](#)

[Com a palavra](#)

[Governo Bolsonaro-Guedes é o tempo sombrio de uma caverna sem luz](#)

[Gestões desastrosas do FNDE lidam mal com suas lambanças](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Melhor governança, mais resultados na educação](#)

[Lista de desejos](#)

O GLOBO - RJ

[De emergência em emergência, país consagra o provisório](#)

[A gestão desastrosa do FNDE](#)

[Inadimplente pode ter a matrícula negada](#)

[SUPERACÃO - Internos da antiga Febem brilham em Olimpíada de Matemática](#)

Imprensa Estadual

A GAZETA - MT

[Nova versão para consulta pública](#)

O LIBERAL - PA

[MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Muito além de um passa tempo](#)

O DIA - RJ

CLIPPING



Cursos livres de ensino a distância nas férias

Agências de notícias e sites

ACORDA CIDADE

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

DIÁRIO - MS

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

G1

Ministério abre nova consulta pública sobre o Future-se

JM ONLINE - MG

Plataforma do CAPES abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas

MIX VALE

MEC abriu uma nova consulta pública para o programa Future-se

PALAVRA DIGITAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

TERRA

Ufopa lança livro sobre estudos das Ciências Ambientais na perspectiva do desenvolvimento sustentável

TODA BAHIA

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

PORTAL AMAZÔNIA

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

TERRA

Lista de desejos

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

MEC quer ligar bolsas da Capes ao Future-se

O GLOBO - RJ

Future-se prioriza bolsas da Capes para quem aderir

CORREIO BRAZILIENSE - DF

Só papos

FOLHA DE S. PAULO - SP

Bolsonaro chama livros didáticos de "lixo" e propõe que material seja suavizado em 2021

O ESTADO DE S. PAULO - SP

Oi, sumido

O GLOBO - RJ

Bolsonaro sugere menos 'coisa escrita' nos livros didáticos

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

MEC publica nova versão para consulta pública

CIRCUITO MATO GROSSO

MEC publica nova versão do programa Future-se para consulta pública

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

MEIO NORTE - PI

CLIPPING



[MEC publicano v a versão do Future -se](#)

O LIBERAL - PA

[DIABETES](#)

O POVO - CE

[MEC publica nova versão do Future-se](#)

Agências de notícias e sites

AQUI ACONTECE

[Ministério da Educação abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

CIDADE VERDE

[MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública](#)

CONGRESSO EM FOCO

[MEC muda Future-se após baixa adesão de reitores](#)

GAZETA - MT

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

TRIBUNA UNIÃO

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública](#)

CORREIO WEB

[MEC abre consulta pública sobre o Future-se até 24 de janeiro](#)

O ESTADO ONLINE

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

PLANTÃO NEWS

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

Agências de notícias e sites

A CRÍTICA - AM

[Ministério da Educação abre consulta pública sobre o Future-se](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Proposta atual do Future-se segue agredindo a autonomia universitária, escreve presidente da Andifes](#)

BOL NOTÍCIAS

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

CLIC RBS

[MEC propõe prioridade na concessão de bolsas da Capes para participantes do Future-se](#)

CORREIO WEB

[MEC – Future-se em consulta pública pela segunda vez](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

G1

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

JORNAL OPÇÃO

[MEC prioriza bolsas da Capes para universidades que participam do Future-se](#)

O LIBERAL - PA

CLIPPING



[Pará terá o primeiro mestrado de estudos clínicos em diabetes do Brasil](#)

O SUL - RS

[Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes](#)

PORTAL EXAME

[MEC prioriza concessão de bolsas da Capes a universidades do Future-se](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

TERRA

[MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública](#)

ULTIMO SEGUNDO

[MEC vai dar bolsa Capes a universidades com bons resultados pelo Future-se](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO ESTADO - MS

[Governo abre consulta pública sobre programa do MEC para universidades](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Ensino à distância supera o presencial, e faculdades privadas adaptam negócios](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[STF suspende regras que davam autonomia à UERR](#)

O DIA - PI

[Estado tem capacidade para tratar mais que o dobro destes resíduos, aponta Abrelpe](#)

O TEMPO - MG

[Em apenas um ano, Brasil reduziu investimento em educação em 12%](#)

Agências de notícias e sites

BBC BRASIL

[Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil](#)

FAX AJU

[PROGRAMA OFERECE CURSO INTENSIVO NOS ESTADOS UNIDOS PARA PROFESSORES](#)

JORNAL REGIONAL

[Por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil](#)

MAXPRESSNET

[Future-se entra em consulta pública](#)

MSN

[Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil](#)

O DIA - RJ

[IFF Campos abre inscrições para seu primeiro curso de doutorado](#)

REVISTA AMAZÔNIA

[Mestrado de estudos clínicos em diabetes na Amazônia](#)

REVISTA CAFEICULTURA

[Diretor do IAC é eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências](#)

BOL NOTÍCIAS

[Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil](#)

CORREIO WEB

[Consultores dizem ter trabalhado para o MEC sem receber salário](#)

G1

[Renan Filho anuncia rateio do Fundeb para professores da rede pública de AL](#)

METRÓPOLES

[Governo coloca em consulta pública programa Future-se pela 2ª vez](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo abre consulta pública sobre programa do MEC para universidades](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Racismo gera diferença salarial de 31% entre negros e brancos, diz pesquisa Preconceito racial explicaria desigualdade persistente entre trabalhadores com ensino superior

São Paulo

A diferença salarial entre brancos e negros, de 45%, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2019, não pode ser atribuída apenas à falta de oportunidade de formação para pessoas negras. Segundo cálculo do Instituto Locomotiva, a diferença salarial ainda é significativa, de 31%, quando comparados os salários de brancos e negros com ensino superior, isoladas todas as demais variáveis. Sobra apenas a cor da pele.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/racismo-gera-diferenca-salarial-de-31-entre-negros-e-brancos-diz-pesquisa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Novas operações ambientais e em terras indígenas da Força Nacional de Segurança Pública caíram 50% em 2019; operações na Esplanada dos Ministérios chamam atenção

Das novas ações, 23% diziam respeito a operações de controle de manifestações ou distúrbios civis na Esplanada dos Ministérios e de apoio ao Ministério da Educação e outros Ministérios. Aqui, vale explicitar que a Polícia Militar do Distrito Federal, responsável pela Esplanada dos Ministérios, é uma das mais estruturadas e equipadas polícias do país, com recursos para cumprir esta função com excelência – e ela recebe recursos exclusivos do Fundo Constitucional até por proteger a sede da Federação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2020/01/05/novas-operacoes-ambientais-e-em-terras-indigenas-da-forca-nacional-de-seguranca-publica-cairam-50-em-2019-operacoes-na-esplanada-dos-ministerios-chamam-atencao/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Inscrição por Sisu e ProUni

Para 2020, a USP oferece 11.147 vagas em 106 carreiras de graduação. Desse total, 8.317 são destinadas à seleção pelo Vestibular Fuvest 2020, enquanto 2.830 vagas são voltadas para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com candidatos participantes do

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – que terão as notas divulgadas no dia 17.

A nota do Enem pode ser usada pelos estudantes para ingressar em uma universidade pública, concorrer a uma bolsa integral ou parcial no Programa Universidade para

Todos (ProUni) ou ao Financiamento Estudantil (Fies) – obedecendo às notas mínimas – em instituições privadas e até para cursar o ensino superior em Portugal. Das 2.830 vagas da USP via Sisu, 667 serão ofertadas por ampla concorrência. As inscrições para o SiSU serão abertas no dia 21 de janeiro e se encerrarão às 23h59 do dia 24 de janeiro.

Pelo ProUni, estudantes de todo o País poderão começar a se inscrever no dia 28 de janeiro. O prazo vai até as 23h59 de 31 de janeiro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Papel da ciência no mundo contemporâneo é o tema da redação da Fuvest de 2020

SÃO PAULO - O papel da ciência no mundo contemporâneo foi o tema da redação da segunda fase da Fuvest, aplicada neste domingo, 5. A prova é considerada um dos maiores vestibulares do País e a principal porta de entrada para cursar uma graduação na Universidade de São Paulo (USP). O Estado faz correção ao vivo a partir das 20 horas, com a participação de professores de cursinhos pré-vestibular.

A proposta de redação traz uma tirinha do escritor Luis Fernando Verissimo, um texto do pesquisador Oscar Sala, a letra de uma canção de Gilberto Gil, uma declaração do cientista Carl Sagan e o trecho de um artigo da médica Alicia Kowaltowski. O texto elaborado pelo candidato precisava ter de 20 a 30 linhas, com título, e redigido de acordo com a norma-padrão do português.

Na parte de Língua Portuguesa, a prova trouxe questões que citavam a icônica fotografia de uma criança nua fugindo durante a Guerra do Vietnã, Machado de Assis, memes e textões de internet e o livro O Cortiço, do escritor Aluísio de Azevedo, dentre outras referências (confira todas questões e os textos da redação no fim da matéria).

Nas redes sociais, o tema foi majoritariamente elogiado por estudantes. A coordenadora de redação do curso Poliedro em São José dos Campos, Fabiula Neubern, considera que ele seja de fácil desenvolvimento para os candidatos que se prepararam ao longo do ano, até por se aproximar da proposta do ano anterior (que foi "a importância do passado para compreender o presente").

“É um tema que não surpreendeu a maioria dos professores. Vejo como muito positivo, é a Fuvest se colocando na sociedade, em trazer para o corpo de alunos pessoas que estão preocupadas com temas da atualidade.”

O crescimento do revisionismo científico nas redes sociais (como dos grupos terraplanistas e antivacina) é um dos possíveis pontos de partida para responder ao tema proposto, indica Fabiula. “A ciência sempre foi questionada e, com o advento das redes sociais, esse questionamento ganhou corpo.”

A professora também pontua que os candidatos poderiam escolher algum assunto específico para exemplificar o papel da ciência, como o desenvolvimento da inteligência artificial e de tecnologias que atenuem o avanço das mudanças climáticas.

Já Maria Aparecida Custódio, professora do laboratório de redação do Objetivo, destaca que o tema é bastante abrangente, pois é tratado de forma mundial. Ela lembra que os candidatos poderiam tirar ideias dos textos apresentados na proposta do tema, que envolve especialmente o distanciamento entre a ciência e população em geral.

“Gira em torno da questão de que a ciência precisa se aproximar mais da sociedade, porque ainda mantém um distanciamento do cidadão comum, e esse distanciamento dá margem para o surgimento de teorias mentiras, como o que é discutido no movimento antivacina, por exemplo.”

“O candidato poderia falar do ponto de vista dos avanços, mas sempre com aquele ‘se não’: de que avançamos, temos mais tecnologia, mais facilidades na vida, mais acesso a curas, mas, por outro lado, estamos cada vez mais obtusos e incapazes de distinguir a verdade da mentira, o que é muito perigoso.”

Também do Objetivo, o professor de Língua Portuguesa Serginho Henrique considera que a prova foi mais exigente do que em edições anteriores. “Na parte de Literatura, o candidato precisava ter um importante domínio das obras, um conhecimento crítico, não bastava ler resumos.”

Ele pontua, ainda, que quatro questões exigiam conhecimento de gramática, sintaxe, semântica e outros aspectos da linguagem. Além disso, duas perguntas envolviam interpretação de texto. “Uma das questões falava sobre textões (de internet) e meme, que ganharam espaço na sociedade e são maneiras de se expressar hoje em dia. Apesar de serem gírias coloquiais, também traduzem um momento social importante.”

Primeiro dia da segunda fase da Fuvest teve 6,9% de abstenção

Na segunda etapa da Fuvest, todas as questões são dissertativas. No primeiro dia, os candidatos realizaram a prova de Língua Portuguesa e a redação, que equivale a cerca de um terço do peso da nota final. No segundo dia, fazem disciplinas específicas de cada carreira.

A prova de Português e Redação teve taxa de 6,9% de abstenção entre os 34.924 candidatos convocados, uma queda em relação à 2ª fase da edição anterior, em que 7,7% não realizaram a prova no primeiro dia de exame.

A USP oferece 11.147 vagas em 106 carreiras. A lista de aprovados na segunda fase da Fuvest sai no dia 24 de janeiro. Essa é a data da primeira chamada. A segunda chamada acontece no dia 31 de janeiro. E a terceira chamada é no dia 7 de fevereiro.

topo 

O GLOBO - RJ - O PAÍS

**Empenho e resultados são critérios do sobe e desce no time de Bolsonaro
Comparados a jogadores de futebol pelo presidente, ministros têm cotação variada na ‘bolsa de valores’ do governo após um ano**

BRASÍLIA

A analogia com o futebol costuma ser feita pelo próprio presidente Jair Bolsonaro: ele é o técnico, e os 22 ministros são os jogadores que estão lá para fazer gols. Se não contribuem para o placar favorável e o comportamento em campo desagrada, Bolsonaro vira árbitro e dá cartão amarelo. O presidente nega uma reforma ministerial imediata, mas admite que substituições podem ocorrer a qualquer momento.

Quem acompanha as reuniões com o primeiro escalão do governo conta que, quando não há mulher no ambiente, Bolsonaro costuma usar palavrões para cobrar empenho do

time. O presidente, segundo um auxiliar, exige resultados e é duro nas cobranças. Quem entrega mais sobe na bolsa de valores do governo. Ser considerado de confiança também ajuda na cotação.

—Não tem nenhum ministro chateado comigo. Estão felizes com o que estão fazendo, estão tendo liberdade. É aquele jogador que está em campo que o técnico fica enchendo o saco dele, tem que fazer o gol. Então, acho que ninguém vai sair —disse Bolsonaro em dezembro.

Entre os ministros, Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral e da Subchefia de Assuntos Jurídicos, é considerado indemissível. Elevado ao primeiro escalão em junho, termina o ano como o principal conselheiro do presidente. Advogado e major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF), o ministro é filho do capitão do Exército Jorge Francisco, morto em 2018 e que por 20 anos trabalhou com Bolsonaro na Câmara. Oliveira, por sua vez, era chefe de gabinete do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, segue em alta. Na campanha eleitoral, era chamado de “posto Ipiranga”, mas recentemente virou “patrão” do presidente nas pautas econômicas. O ministro Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), também segue no topo da lista de mais influentes no governo, apesar de estar mais longe dos holofotes nos últimos meses.

Outro que Bolsonaro costuma se referir como um dos craques do time é o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Segundo o presidente, ele tem a capacidade de fazer “milagre” com poucos recursos na mão. Apontado como um nome “terrivelmente evangélico” para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro André Luiz Mendonça (Advocacia-Geral da União) segue agradando.

EM ASCENSÃO

As duas únicas mulheres do primeiro escalão, Tereza Cristina (Agricultura) e Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) têm a deferência do presidente. A primeira é chamada de “leoa” por Bolsonaro. A segunda recebeu recentemente elogio nas suas redes.

No grupo em ascensão, estão ainda os ministros Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e Luiz Eduardo Ramos (Governo). Amigos de longa data do presidente, eles têm atuado como conciliadores nos bastidores do Planalto. A Ramos, por exemplo, é atribuído o fato de Bolsonaro ter recuado e decidido enviar o vice-presidente Hamilton Mourão à posse do presidente Alberto Fernandez, na Argentina.

Apesar das críticas que recebem pela atuação, estão em uma curva ascendente os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Na avaliação do presidente, os dois têm executado as tarefas para as quais foram escalados.

“AMOR E ÓDIO”

Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), suspeito de ter se beneficiado de candidaturas laranjas durante a campanha eleitoral, termina o ano mais seguro no cargo. Segundo um

interlocutor do Planalto, o presidente diz ter informações de que as denúncias contra o ministro são inconsistentes. Além disso, recentemente Bolsonaro elogiou publicamente Antônio.

Embora seja considerado peça fundamental no governo, a relação com o ministro da Justiça, Sergio Moro, segue em altos e baixos. Bolsonaro, segundo um auxiliar, sabe da importância da popularidade do ex-juiz para o governo, mas costuma se irritar com os posicionamentos de Moro. Nas palavras de uma pessoa próxima ao presidente, trata-se de um “caso de amor e ódio”. A última divergência pública dos dois ocorreu após Bolsonaro não vetar a criação do juiz de garantias no pacote anticrime.

Titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni perdeu a articulação política do governo, mas tem se esforçado para vender a imagem de um “gerente” do Executivo. Auxiliares do presidente, dizem que Bolsonaro tem “gratidão” por ele. Outro que tem uma relação difícil com o parlamento, o ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, não está ameaçado, garante Bolsonaro.

Na parte de baixo da tabela está o ministro Abraham Weintraub, da Educação. Em novembro, Bolsonaro elogiou tecnicamente Weintraub, mas disse que “falta dar uma calibrada” no discurso. A avaliação interna é que a postura radical do ministro, ligado ao escritor Olavo de Carvalho, incomoda o presidente e alguns dos seus homens de confiança.

Quem também terminou o ano em baixa é o ministro da Cidadania, Osmar Terra. Sua pasta perdeu a Secretaria Especial de Cultura, transferida para o Turismo. Este ano o programa Pátria Voluntária, coordenado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro, passará para a Casa Civil. Michelle reclamava da estrutura do ministério e passará a despachar do Planalto. Para o presidente, também ficaram devendo resultados Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, e Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Nota menor a meninos

Há vários estudos que demonstram como atitudes discriminatórias ou às vezes estereótipos sutis acabam aprofundando a desigualdade de gênero, prejudicando, em geral, muito mais as mulheres do que os homens. Há, porém, um fenômeno menos debatido, mas igualmente preocupante, acontecendo na educação básica brasileira: meninos têm abandonado muito mais precocemente a escola após sucessivas reprovações.

Um estudo que está sendo realizado pelos pesquisadores Jessica Gagete-Miranda, Luana Marotta e Marcos A. Rangel contribui com o debate de como essas diferenças podem estar sendo construídas em sala de aula. Os autores compararam as notas dadas pelos professores em escolas estaduais de São Paulo com os resultados dos alunos no Saresp, a avaliação externa padronizada feita pelo governo paulista. A vantagem de poder compara essas duas bases de dados é que, apesar de suas limitações, uma delas fornece um diagnóstico suscetível a algum grau de subjetividade do professor (as notas da escola) enquanto outra é elaborada por meio de testes de múltipla escolha corrigidos pelo computador.

Esse exercício com essas mesmas bases de dados já havia sido feito num estudo já

publicado — também de autoria de Marcos A. Rangel, com Fernando Botelho e Ricardo Madeira — que analisou desigualdades raciais e mostrou que alunos brancos recebiam de seus professores notas melhores no boletim escolar ao de colegas negros com as mesmas características socioeconômicas e com desempenho igual no Saesp.

No caso da diferença entre meninos e meninas, essa discrepância nas notas dos professores entre alunos com desempenho similar na avaliação externa acontece em favor das meninas. Pela avaliação externa, há uma pequena diferença a favor dos meninos em matemática e uma, mais significativa, a favor das meninas, em português. Mas, em sala de aula, as notas dos professores são significativamente maiores para as meninas no 9º ano do ensino fundamental nas duas disciplinas.

Uma hipótese para essa diferença é que professores poderiam estar considerando em suas notas outras características que não são captadas por testes padronizados, como o comportamento dos alunos. Essa diferença no resultado continua existindo mesmo quando os pesquisadores consideraram na análise o número de frequências ou um indicador de indisciplina baseado na percepção dos pais.

Ao fazerem um estudo mais aprofundado em um grupo menor de escolas, os autores puderam também analisar se essa diferença estava sendo causada por alguma habilidade socioemocional também não captada por testes externos. De novo, no entanto, mesmo a diferença tendo diminuído, ela continuou existindo.

Por fim, uma das conclusões mais interessantes do trabalho mostra que a nota dada pelo professor em sala de aula tem impacto nas expectativas que alunos fazem de si mesmo (sobre serem bons estudantes) e na avaliação de seus pais (quando questionados se consideravam que seus filhos estavam bem na escola).

Há ainda muito a ser investigado sobre o impacto em crianças e jovens de características ou atitudes —às vezes implícitas— de professores, pais ou adultos ao seu redor. Diferenças no desempenho acadêmico entre indivíduos vão sem preexistir. A questão que deve preocupar educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas é quando essas desigualdades são socialmente construídas, prejudicando um ou outro grupo específico.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MAN - Interação entre universidade e empresa no país é subestimada

Números, inéditos no país, contrariam a tese de ineficiência das instituições públicas adotada pelo governo Bolsonaro

A interação entre universidades públicas e empresas é subestimada no Brasil. Estudo do físico e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito Cruz, mostra que o número de artigos científicos realizados em coautoria por pesquisadores da academia e da indústria cresceu a uma taxa média de 14% ao ano entre 1980 e 2018, passando de pouco mais de uma dezena para mais de 1,5 mil ao final do período.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/06/interacao-entre-universidade-e-empresa-no-pais-e-subestimada.ghtml>

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

Bolsas 2020

A Funcap inscreve pelo seu site, até 31 próximo, para processo seletivo de bolsas de mestrado e doutorado. É destinado a programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela Capes. O resultado sairá no dia 28 de fevereiro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Matriculas para EJA começam nesta segunda (6); veja escolas com educação para jovens e adultos no Paraná

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, é possível concluir o ensino fundamental e médio em dois anos. Prazo para matrícula termina em 24 de janeiro.

As inscrições para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual de ensino do Paraná podem ser feitas a partir desta segunda-feira (6). O prazo final é 24 de janeiro.

Para este ano, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, houve mudanças que possibilitam a conclusão do ensino fundamental e médio em dois anos.

Entre as alterações, está a implantação da mesma matriz curricular em todas as escolas.

No estado, são 92 Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJAs) e 238 escolas de EJA – confira quais são as escolas na sua cidade.

Para se matricular para os anos finais de ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), a pessoa deve ter 15 anos completos; para o ensino médio, 18 anos completos.

Matriculas

Os interessados devem procurar uma das unidades que oferecem o EJA com os seguintes documentos (cópia e original) e informações.

Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento

RG (para maiores de 16 anos) ou Registro Nacional Migratório – RNM / Protocolo de Solicitação de Refúgio

Cadastro de Pessoa Física – CPF (para maiores de 16 anos e estudantes da Educação Profissional)

Declaração de Vacinação emitida pela Unidade ou Posto de Saúde (para menores de 18 anos)

Fatura recente da concessionária de energia elétrica, dos últimos dois meses

Comprovante de endereço adicional em nome da mãe/pai/responsável legal pelo estudante, quando a fatura não estiver em nome dos mesmos

Número de telefone para contato

E-mail da mãe/pai/responsável legal

CPF da mãe/pai/responsável legal ou Registro Nacional Migratório – RNM / Protocolo de Solicitação de Refúgio

Histórico Escolar

O tempo máximo de curso para cada etapa é de dois anos.

Veja mais notícias do estado em G1 Paraná.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Matrículas de ensino integral no DF caíram no 1º semestre de 2019, aponta censo Dados do MEC indicam redução de 6%, ou seja, 1.580 vagas em relação a 2018. Secretaria de Educação afirma que ampliou total da oferta nos últimos meses do ano.

Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que houve redução no número de matrículas de ensino integral na rede pública do Distrito Federal. As informações são referentes ao primeiro semestre do ano passado.

Segundo o Censo Escolar divulgado pelo MEC em 30 de dezembro, nos primeiros seis meses de 2019, foram registradas 20.958 matrículas de ensino integral. O número representa queda de 6%, ou seja, 1.580 vagas a menos, em relação ao mesmo período do anterior.

Questionada pelo G1, a Secretaria de Educação informou que a oferta foi ampliada ao longo do ano e chegou a 33.622 estudantes. Segundo a pasta, o número deve aumentar também em 2020 (saiba mais abaixo).

Censo Escolar registra queda de 4% em matrículas do ensino médio nas escolas públicas

Redução

O Censo Escolar analisa o cenário das escolas públicas em todo o Brasil no primeiro semestre de cada ano. De acordo com os dados relativos ao DF, a maior redução nas vagas de ensino integral ocorreu no ensino médio. Já na pré-escola, houve crescimento (veja na tabela abaixo)

Matrículas do ensino integral no DF

Creche Pré-escola Anos iniciais (Ensino Fundamental) Anos finais (Ensino Fundamental) Médio

2019 206 770 12.638 6.714 1.930

2018 329 630 13.085 6.914 2.880

Diferença -123 +140 -447 -200 -950

Fonte: Censo Escolar, MEC

No ensino especial também houve redução, mas em menor escala. De acordo com o MEC, o total de matrículas em período integral caiu de 687 em 2018 para 662 no ano passado. O número corresponde a 4% do total das matrículas.

Abaixo da meta

Em nota, a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) informou que houve crescimento das vagas ao longo do meses, chegando ao final do segundo semestre com 33.622 estudantes atendidos. O cenário, no entanto, ainda não corresponde à meta do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto por lei.

O PNE estabelece objetivos a serem atingidos na educação básica até 2024. Uma delas determina que o estado deve "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas".

De acordo com a Secretaria de Educação, 208 unidades oferecem ensino integral no DF. Contudo, com exceção dos Centros Interescolares de Língua (CILs), o DF possui 666 escolas públicas. Assim, faltam 125 unidades para que o objetivo seja atingido.

Outro trecho da meta estabelece que a oferta do ensino integral deve atender a, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Com base nas matrículas iniciais contabilizadas pelo Censo Escolar, o percentual do DF estaria em 5% – ou seja, 20.328 vagas do total de 388.718 alunos.

Ampliação e escolas conveniadas

De acordo com a Secretaria de Educação, o plano é criar 1,2 mil vagas de ensino médio no período integral até o final de 2020.

Quanto à educação infantil, a Secretaria destacou que conta com instituições conveniadas – escolas particulares que recebem recursos do governo – para atender a demanda da população. Considerando todas as unidades, houve aumento na oferta em 2019: de 14.470 em 2018 para 15.239 no ano passado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Enade 2020: provas serão aplicadas em 22 de novembro, veja quais os cursos avaliados no exame

Avaliação é aplicada para estudantes ingressantes e concluintes de 30 cursos de formação superior; é obrigatória, e indispensável para obter o diploma.

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira (3) a portaria que estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2020. A prova avalia o aprendizado de universitários em diferentes cursos todos os anos e será aplicada no dia 22 de novembro, com início às 13h30, no horário de Brasília.

Este ano, serão 10 cursos de bacharel, 17 de licenciatura – incluindo letras, história e geografia – e três tecnológicos (veja a lista abaixo).

Um edital incluindo cronograma, prazos, procedimentos técnicos e responsabilidades das Instituições de Educação Superior e dos estudantes ainda deverá ser divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Cursos avaliados

Licenciatura:

Artes Visuais

Ciência da Computação

Ciências Biológicas

Ciências Sociais

Educação Física

Filosofia

Física

Geografia

História

Letras – Inglês

Letras – Português

Letras – Português e Espanhol

Letras – Português e Inglês

Matemática

Música

Pedagogia

Química

Bacharel:

Ciência da Computação

Ciências Biológicas

Ciências Sociais

Design

Educação Física

Filosofia

Geografia

História

Química

Sistemas de Informação

Tecnológico:

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação

Tecnologia em Redes de Computadores

Quem faz a prova?

O Enade é aplicado para estudantes ingressantes e concluintes dos cursos selecionados. Por ser componente curricular obrigatório, ela é indispensável para o universitário obter o diploma.

O que é o Enade?

O Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências para atuação profissional e conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento. O exame é obrigatório.

O primeiro Enade foi aplicado em 2004. A cada três anos, no máximo, o curso deverá ser avaliado.

O resultado do Enade faz parte dos indicadores de qualidade da educação superior.

Em 2019, mais de 390 mil universitários fizeram a avaliação em 24 de novembro e a taxa de abstenção foi de 10%.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020

Criado em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que tem como objetivo financiar, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda. Em 2020, a oferta do programa é de 100 mil vagas.

Assim como no ano passado, neste ano o Fies terá uma edição em cada semestre. No

primeiro semestre de 2020, as inscrições, que são gratuitas, ficarão abertas de 5 de fevereiro até as 23h59 de 12 de fevereiro. Os interessados devem acessar o site do programa e fazer um cadastro vinculado ao seu CPF.

Pode se candidatar o estudante de família com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos e que tenha realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, desde que tenha obtido ao menos 450 pontos de nota média. O candidato também não pode ter zerado a redação.

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, também podem participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré-selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua inscrição.

A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior. O candidato pode selecionar até três cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies.

P-Fies

Numa outra modalidade, chamada de P-Fies, pode se inscrever o estudante que tenha renda familiar bruta mensal um pouco maior, de até cinco salários mínimos.

Nesse caso, as condições do financiamento, a juros mais baixos, são negociadas com algum agente financeiro que fica responsável pelo contrato.

Para se inscrever no P-Fies no primeiro semestre de 2020, o estudante ainda precisa atender aos mesmos critérios do Fies juro zero: nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem e não ter zerado a redação.

A partir do segundo semestre de 2020, porém, poderão se inscrever no P-Fies qualquer estudante, sem a exigência de realização do Enem ou limite de renda familiar. As mudanças no programa foram anunciadas em dezembro pelo MEC.

Vagas

São contemplados no Fies somente cursos no formato presencial. O programa não financia cursos no formato ensino à distância (EaD).

Mesmo no formato presencial, a oferta de vagas obedece a critérios estabelecidos pelo MEC, sendo priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

Há também uma priorização de mesorregiões com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixo, como Nordeste e Norte.

É previsto também um número maior de vagas no Fies para cursos com melhor avaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes):

35% para cursos com conceito 5; 30% para os com conceito 4; 25% com conceito 3; e 10% para cursos recém-autorizados.

Pagamento

Tanto no Fies Juro Zero como no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte.

Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo, na forma do regulamento do CG-Fies.

Durante o curso, o estudante deve pagar apenas a parcela da mensalidade não incluída no financiamento e encargos operacionais ligados ao contrato, bem como um seguro de vida.

Cronograma de inscrição do Fies 2020

Após a complementação da inscrição, o pré-selecionado no Fies e P-Fies tem prazo de cinco dias para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino para análise de documentação.

A partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição pela CPSA, o candidato selecionado tem 10 dias úteis para comparecer ao agente financeiro parceiro para apresentar a documentação exigida e formalizar a contratação do financiamento.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020

Criado em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que tem como objetivo financiar, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda. Em 2020, a oferta do programa é de 100 mil vagas.

Assim como no ano passado, neste ano o Fies terá uma edição em cada semestre. No primeiro semestre de 2020, as inscrições, que são gratuitas, ficarão abertas de 5 de fevereiro até as 23h59 de 12 de fevereiro. Os interessados devem acessar o site do programa e fazer um cadastro vinculado ao seu CPF.

Pode se candidatar o estudante de família com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos e que tenha realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, desde que tenha obtido ao menos 450 pontos de nota média. O candidato também não pode ter zerado a redação.

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, também podem participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré-selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua

inscrição.

A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior. O candidato pode selecionar até três cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies.

P-Fies

Numa outra modalidade, chamada de P-Fies, pode se inscrever o estudante que tenha renda familiar bruta mensal um pouco maior, de até cinco salários mínimos.

Nesse caso, as condições do financiamento, a juros mais baixos, são negociadas com algum agente financeiro que fica responsável pelo contrato.

Para se inscrever no P-Fies no primeiro semestre de 2020, o estudante ainda precisa atender aos mesmos critérios do Fies juro zero: nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem e não ter zerado a redação.

A partir do segundo semestre de 2020, porém, poderão se inscrever no P-Fies qualquer estudante, sem a exigência de realização do Enem ou limite de renda familiar. As mudanças no programa foram anunciadas em dezembro pelo MEC.

Vagas

São contemplados no Fies somente cursos no formato presencial. O programa não financia cursos no formato ensino à distância (EaD).

Mesmo no formato presencial, a oferta de vagas obedece a critérios estabelecidos pelo MEC, sendo priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

Há também uma priorização de mesorregiões com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixo, como Nordeste e Norte.

É previsto também um número maior de vagas no Fies para cursos com melhor avaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): 35% para cursos com conceito 5; 30% para os com conceito 4; 25% com conceito 3; e 10% para cursos recém-autorizados.

Pagamento

Tanto no Fies Juro Zero como no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte.

Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo, na forma do regulamento do CG-Fies.

Durante o curso, o estudante deve pagar apenas a parcela da mensalidade não incluída no financiamento e encargos operacionais ligados ao contrato, bem como um seguro de vida.

Após a complementação da inscrição, o pré-selecionado no Fies e P-Fies tem prazo de cinco dias para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino para análise de documentação.

A partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição pela CPSA, o candidato selecionado tem 10 dias úteis para comparecer ao agente financeiro parceiro para apresentar a documentação exigida e formalizar a contratação do financiamento.

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Estação científica na Antártida será reaberta sob temor de falta de verbas Base brasileira pegou fogo em 2012; inauguração ocorre em cenário de corte de bolsas de estudo

São Paulo

A nova base brasileira para pesquisas científicas na Antártida será inaugurada no próximo dia 14 sob o temor de que os recentes cortes orçamentários federais nas áreas de ciência e educação afetem os estudos na região.

Segundo pesquisadores, com a mudança de governo, R\$ 2 milhões em bolsas da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que já estavam empenhadas, não foram aplicados. Outros quase R\$ 4 milhões estariam em suspenso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/01/estacao-cientifica-na-antartida-sera-reaberta-sob-temor-de-falta-de-verbas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Com a palavra

A ONG Educafro, dedicada à educação de jovens negros, pediu para ingressar como parte no processo movido pelo PSB contra o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), no Supremo. O partido questiona a letalidade das ações policiais, o que violaria os direitos fundamentais de moradores de áreas conflagradas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/05/ong-pede-para-ingressar-como-parte-em-acao-no-supremo-que-questiona-policia-de-witzel/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - JANIO DE FREITAS

Governo Bolsonaro-Guedes é o tempo sombrio de uma caverna sem luz Incluir votos de Natal e de Ano-Novo nos textos recentes, portanto, seria uma hipocrisia

O programa de Educação de Jovens e Adultos só recebeu em 2019 R\$ 16 milhões até meados de dezembro, 1,6% do que já recebia em 2010, chegando em 2012 a R\$ 1,6 bi, com fantástica recuperação de jovens e adultos que deixaram a escola.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2020/01/governo-bolsonaro-guedes-e-o-tempo-sombrio-de-uma-caverna-sem-luz.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Gestões desastreadas do FNDE lidam mal com suas lambanças

Uma escola de Minas Gerais receberia 30 mil laptops (117 para cada aluno)

No escurinho dos feriados, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Sergio Dias, soube, pelo Diário Oficial, que havia sido demitido. Ele assumira em agosto, substituindo um professor nomeado em fevereiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/2020/01/gestoes-desastreadas-do-fnde-lidam-mal-com-suas-lambancas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Melhor governança, mais resultados na educação

Imagine duas escolas públicas de ensino fundamental vizinhas, uma municipal e outra estadual. Ambas atendem crianças do mesmo bairro, têm salas de aula ociosas e, vistas de fora, parecem muito semelhantes. Por outro lado, cada uma tem um processo para formação de professores, alunos que chegam em diferentes tipos de transportes, mesmo sendo vizinhos, e a merenda também é distinta. Nesse cenário, há completa falta de racionalização de recursos, perda de escala e ineficiências sobrepostas, que poderiam ser minimizadas caso houvesse articulação e colaboração entre a gestão estadual e a municipal.

Essa desarticulação tem origem no formato do pacto federativo vigente num país que se divide em 5.570 municípios, 26 Estados e o Distrito Federal, além da própria União. Cada um desses entes tem autonomia administrativa, formula e gerencia suas políticas educacionais de forma isolada.

Dados as características demográficas, a heterogeneidade regional e o modelo federativo brasileiro, nossos legisladores dividiram as responsabilidades pela oferta da educação pública da seguinte forma: a educação infantil é promovida pelos municípios, o ensino médio pelos Estados e o ensino superior é majoritariamente ofertado pela União. Já na etapa do ensino fundamental, a oferta é compartilhada e as divisões de responsabilidades não são claras.

Como não há no Brasil um Sistema Nacional de Educação que organize a governança no setor, a distribuição das matrículas entre redes estaduais e municipais tornou-se muito heterogênea, com pouco ou nenhum alinhamento gerencial e pedagógico, o que provoca uma série de distorções e reforça as desigualdades de oferta educacional e os resultados. Além das consequências negativas na aprendizagem dos alunos, o próprio Estado desperdiça recursos materiais e humanos que poderiam ser mais bem investidos nas escolas.

O bem-sucedido regime de colaboração do Estado do Ceará, com enorme repercussão nos resultados de aprendizagem de seus estudantes, só foi possível porque o processo de formulação e de gestão da política educacional é pactuado entre o Estado e seus municípios. Tanto as ações estaduais de apoio técnico e pedagógico às secretarias municipais de Educação quanto o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios que melhoram a aprendizagem de suas crianças são viáveis somente em um contexto de cooperação entre os entes federativos. O regime de colaboração exige convergência de objetivos, governança compartilhada e colaboração no processo decisório.

Entretanto, ainda que a cooperação entre Estado e municípios no Ceará tenha decorrido de maneira articulada, a falta de um sistema nacional de educação já fez o Estado ter dificuldades com programas criados pelo governo federal, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Inspirada justamente no caso cearense, a iniciativa foi implementada pelo Ministério da Educação sem levar em consideração as ações já promovidas nas redes de ensino de Estados e municípios, o que resultou em retrabalho e desarticulação da política educacional. Ironicamente, Estados como o Ceará, que desenvolviam ações em colaboração com os municípios, foram prejudicados pelo programa nacional, pois, além da duplicidade de ações e da desarmonia entre os currículos, materiais e metodologias pedagógicas, o arranjo organizacional para a implementação da política era totalmente diferente. Assim, o Estado foi forçado a modificar uma estrutura que já funcionava, aumentando os custos do programa.

Para além das dificuldades gerenciais e pedagógicas, a ausência de um sistema nacional de educação impacta diretamente a sustentabilidade fiscal dos investimentos na educação. A falta de uma instância de pactuação entre União, Estados e municípios na área faz não só todos reformularem e implementarem políticas educacionais simultaneamente e de forma descoordenada, mas também não haver acordo sobre o que é prioridade e a melhor forma de alocar recursos. Isto é, embora seja do interesse de todo o País uma trajetória escolar para crianças e jovens sem percalços e com qualidade, cada um de nossos gestores está falando apenas com os seus.

Uma boa notícia é que o assunto está sendo pautado no Congresso Nacional e deve se tornar mais importante conforme a agenda de financiamento da educação avança. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mencionou a criação de um sistema de governança na educação como uma das quatro áreas que considera prioritárias para o desenvolvimento do País.

Entretanto, ainda que exista algum consenso acerca da necessidade de criar o sistema, o desafio atual consiste em conceber uma lei que estabeleça mecanismos de governança efetivos, garantindo que a autonomia dos entes federativos seja exercida de forma coordenada, evitando engessamentos ou burocracias desnecessárias, como é hoje. Não é trivial desenhar um sistema que respeite a autonomia dos entes federados, promova a equidade nos sistemas de ensino e garanta a qualidade do investimento na educação. Por isso, o foco há de estar em definir com clareza a repartição de responsabilidades entre os três níveis da Federação e institucionalizar espaços deliberativos para a articulação e a ação conjunta entre os entes na formulação e implementação de políticas educacionais.

Isto posto, é urgente que os parlamentares mergulhem na discussão da melhoria da governança da educação brasileira. Além de ouvir os especialistas no assunto, é preciso estudar os casos bem-sucedidos de articulação do pacto federativo, dentro e fora da educação. Afinal, com um sistema nacional de educação bem estruturado teremos as bases para chegar mais rápido a um cenário de mais qualidade e equidade.

Falta de um sistema nacional faz o Estado desperdiçar recursos materiais e humanos.

[topo](#) ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNAS

Lista de desejos

Começo de ano e a lista de desejos é inevitável. E quando o ano passado foi ruim, aumentam as expectativas de renovação. A educação, que tanto sofreu em 2019, precisa de muito para virar o jogo em 2020. Confesso que não há muita esperança, mas quem sabe as sete ondinhas ou a roupa branca nos ajude a ter sorte nessa área crucial para o desenvolvimento do País.

O primeiro da lista de desejos seria o Fundeb, o fundo responsável pela maioria do dinheiro que vai para escolas em todo o Brasil. Se nada for feito, ele deixa de existir no fim de 2020. E aí, cada Estado e município que se vire com o que tem para a educação. Hoje, mesmo com todos seus problemas, o Fundeb ajuda a tornar a educação menos desigual.

Isso porque o fundo recebe 20% do que é arrecadado em impostos estaduais, como ICMS e IPVA. O dinheiro então é dividido pelo número de alunos nas escolas públicas em cada Estado. Onde o resultado dessa conta for inferior ao valor mínimo por estudante estipulado pelo governo federal (cerca de R\$ 3 mil), a União complementa com dinheiro próprio.

A lei que criou o Fundeb, em 2007, determinava vigência até 31 de dezembro de 2020. Ao longo de 2019 deputados federais se desdobraram em discussões sobre como seria o novo fundo, com quase nenhuma colaboração do Ministério da Educação (MEC). Em setembro, foi apresentada pela deputada Professora Dorinha (DEMTO) uma proposta para que o Fundeb se torne permanente e seja incluído na Constituição.

Além disso, o texto prevê que a complementação da União suba dos atuais 10% do fundo para 15% em 2021 e vá aumentando até chegar a 40%, algo considerado impossível pelo governo federal. O texto ainda nem foi votado na comissão de educação e precisa passar por Câmara e Senado. Há diversos impasses. Alguns defendem, por exemplo, que o dinheiro da educação seja distribuído levando em conta resultados de aprendizagem dos alunos.

Mas a lista de prioridades para este ano não pode ser só sobre dinheiro. O já conhecido como ano perdido para a educação, leia-se 2019, ignorou qualquer política para melhorar a aprendizagem dos alunos ou a qualidade dos professores. Dois desejos, por sinal, intimamente ligados.

Mais uma vez, o Pisa, a avaliação internacional de estudantes, mostrou em 2019 o Brasil entre os piores do mundo. Nossos alunos de escolas públicas pouco aprenderam quando chegam aos 15 anos, quando a prova é feita. Nossos professores ainda passam por cursos teóricos e ultrapassados, distantes do adolescente de hoje.

Em 2020, seja quem for o ocupante da cadeira de ministro da educação – não se sabe se Abraham Weintraub volta ou não das férias – precisa esquecer a ideologia e olhar para os 27 milhões de crianças e adolescentes que estão nas escolas brasileiras. É preciso dar continuidade à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental e médio, trabalhar com Estados e municípios. Um grande desejo seria também uma importante política de incentivo a professores, que inclua melhor seleção de quem pode ser professor, melhores salários e formação que ensine a dar aulas. Há evidências no mundo todo do por quê e de como fazer.

E para completar a lista: alfabetização de crianças. Em 2019, ouviu-se muita acusação sem pé nem cabeça a Paulo Freire e nenhuma ação real para mudar o triste quadro – 50% das crianças de 8 anos não sabem ler. O ano perdido precisa ficar para trás. Falta tanto à educação brasileira que não se pode perder sequer um dia mais. A lista de desejos não caberia nesta coluna, na verdade. Mas se fizermos ao menos um ou dois itens em 2020 já seria um ótimo começo de década.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

De emergência em emergência, país consagra o provisório

Medidas adotadas para solucionar crises pontuais, como escolas de lata e bolsa-aluguel, acabam se perpetuando no Brasil

Escolas de lata, professores temporários, bolsa-aluguel. Idealizadas para serem medidas transitórias na gestão pública, todas elas são exemplos consagrados de como o provisório se transforma em permanente no país. Em São Paulo, escolas de lata foram incorporadas definitivamente na rede de ensino, mesmo depois de 20 anos de polêmica e questionamentos sobre a precariedade dessas instalações e os reflexos disso para o aprendizado. Atualmente cerca de 60 mil alunos estudam em 64 instalações desse tipo no estado mais rico do país, sendo a maioria na capital. A maior reclamação de quem é obrigado a aprender e ensinar nessas unidades é o calor e o barulho na sala de aula. Mas o governo paulista diz ter feito melhorias, rebatizou as antigas unidades como “escolas padrão Nakamura” e não tem planos de substituí-las. No Mato Grosso, cerca de 100 contêineres funcionavam como salas de aula até meados deste ano. Somente após a falta de manutenção das instalações ganhar notoriedade nacional é que elas foram extintas pelo governo do estado. Ainda na educação, outro improvisado alvo de muito debate é a contratação de professores temporários.

Criada para cobrir situações pontuais de ausência de educadores em sala de aula, como licença médica ou aposentadoria, a função vem sendo usada de forma generalizada para suprir o déficit de profissionais na rede. Hoje são 567 mil professores temporários, segundo levantamento de 2018 do Ministério da Educação — um terço de todos os professores em atividade em escolas públicas, embora o Plano Nacional de Educação, de 2014, tenha estabelecido a meta de 10% na participação dessa categoria na rede de ensino até 2017. Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontou que a alta rotatividade de professores nas escolas é prejudicial para a aprendizagem dos alunos. Segundo Ivan Gontijo, coordenador de projetos da organização Todos Pela Educação, os professores temporários reduzem o impacto financeiro diante do desafio de colocar todas as crianças em idade escolar dentro da sala de aula. —Não somos contra a figura do temporário. É uma necessidade. Somos favoráveis a modelos de contratação flexíveis, mas esses professores precisam ter melhores condições de trabalho — afirmou Gontijo.

BOLSA-ALUGUEL PERMANENTE

Uma pesquisa do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Universidade de São Paulo (USP), chegou a outro exemplo de distorção envolvendo medidas que deveriam ser emergenciais. Na cidade de São Paulo a prefeitura chegou a pagar por 14 anos bolsa-aluguel a um grupo de famílias. O benefício é destinado a pessoas que são retiradas de imóveis em situação irregular. Em alguns casos, o município promete realocá-las, mas a demora é tanta em solucionar definitivamente o problema que o auxílio de caráter temporário vai se arrastando por anos.

O caso mais emblemático é dos antigos moradores de um cortiço no centro da cidade chamado Casarão do Carmo. Por questões de segurança, eles foram retirados do imóvel em 2004 com a promessa de retornar após a prefeitura fazer uma reforma. Isso levou 14 anos. Durante todo esse tempo, o município pagou uma bolsa-aluguel (hoje de R\$ 400) a cada família. Em 2016, a prefeitura parou de pagar o auxílio. O caso foi parar na Justiça e os pagamentos tiveram que ser retomados até a entrega da obra, em janeiro de 2018. Autora da pesquisa, Isadora de Andrade Guerreiro diz que a prefeitura paga atualmente o auxílio a cerca de 23 mil famílias em toda a cidade.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

A gestão desastrada do FNDE

No escurinho dos feriados, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Sérgio Dias, soube pelo Diário Oficial que havia sido demitido. Ele assumira em agosto, substituindo um professor nomeado em fevereiro. O FNDE não é uma repartição qualquer, tem uma caixa de R\$ 58 bilhões e transfere recursos tanto para a merenda escolar como para o malfadado Fies, um programa de financiamento de vagas em faculdades privadas, cujo rombo está em R\$ 12 bilhões, com 584 mil inadimplentes. É, sem dúvida, o maior escândalo da História do ensino superior brasileiro.

Os repórteres Pedro Prata e Pepita Ortega revelaram o teor da colaboração de uma exdiretora da Universidade Brasil, de Fernandópolis (SP), na qual ela contou à Polícia Federal que a instituição vendia vagas no curso de Medicina por R\$ 80 mil. Se o aluno quisesse financiamento do Fies (com a Viúva pagando), o pedágio custava R\$ 100 mil. À época, só tinham acesso ao Fies jovens de famílias com renda per capita de até três salários mínimos. O MEC engolia dados fraudados. As trocas do FNDE poderiam ficar por conta do caráter errático do governo, mas no FNDE há algo a mais. Na sua primeira gestão bolsonariana, o fundo publicou um edital para a compra de 1,3 milhão de computadores, laptops e notebooks destinados à rede pública de ensino. Coisa de R\$ 3 bilhões. Entre agosto e a segunda metade de setembro, a Controladoria Geral da União achou maluquices e sinais de direcionamento no edital. Uma escola de Minas Gerais receberia 30 mil laptops (117 para cada um de seus 255 alunos).

O sinal de perigo dado pela CGU levou à suspensão e ao posterior cancelamento do edital por Rodrigo Dias na primeira semana de sua curta gestão.

Numa atitude tão esquisita quanto a concepção do edital, passaram-se quatro meses e não se falou mais no assunto. Um governo que pretende combater a corrupção precisa perguntar quem botou aquele jabuti na árvore. As gestões do FNDE lidaram mal com suas lambanças. Mexer com o Fies significa desafiar os donos de faculdades privadas, com sua bancada de congressistas

Em janeiro do ano passado, uma mão invisível alterou o edital para a compra de livros didáticos, e o MEC disse que ocorreu um “erro operacional de versionamento”. No caso do edital de R\$ 3 bilhões, o negócio é bem outro. Até hoje não se sabe como o jabuti subiu na forquilha, nem o nome do dono da árvore.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Inadimplente pode ter a matrícula negada

Estudante que tiver negociado dívida e estiver pagando as parcelas não pode ser rejeitado por instituição de ensino

Quem acabou o ano inadimplente com a escola pode ter dificuldades com a renovação da matrícula. A lei 9.870/99 impede que as instituições de ensino cancelem a matrícula de alunos em débito durante o ano letivo e proibam os estudantes de assistir aula ou fazer provas. No entanto, a lei não impede que colégios e universidades se neguem a renovar a inscrição de inadimplentes. O que não pode é reter documentos que possibilitem a transferência do estudante. Ao renegociar a dívida com colégio ou faculdade, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) chama atenção para o fato de que há limites para as cobranças: a multa não deve ultrapassar 2% ao mês; e os juros, 1% ao mês.

O Procon-SP ressalta ainda que o aluno não pode ser mais considerado inadimplente se já negociou a dívida e está pagando as parcelas. Nesse caso, ressalta, a renovação de sua matrícula não pode ser negada. A exigência de fiador para a realização da matrícula e a cobrança de valor adicional a alunos com necessidades especiais, diz o Idec, também são consideradas práticas abusivas.

Na outra ponta, o estudante que já fez a matrícula, mas que por algum motivo não poderá se manter na instituição de ensino, pode requerer a devolução integral do valor, desde que faça isso antes do início das aulas. Para o Procon-SP, a retenção de qualquer percentual é abusivo.

O órgão alerta, porém, que, se o cancelamento da matrícula for solicitado após o início das aulas, o colégio ou a universidade tem direito a reter um valor correspondente às despesas administrativas. Isto é, desde que essa taxa tenha sido informada e esteja discriminada no contrato entregue no ato da matrícula.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

SUPERAÇÃO - Internos da antiga Febem brilham em Olimpíada de Matemática

Seis jovens que cumprem medidas sócio-educativas na Fundação Casa — antiga Febem — alcançaram resultados surpreendentes na Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas de 2019, que desde 2017 também inclui colégios particulares. Com idade média de 17 anos, cinco garotos e uma garota receberam menção honrosa na competição, que contou com 18 milhões de alunos de todo o país.

E apenas 0,2% desse total recebeu a honraria, prêmio mais importante depois das medalhas de ouro, prata e bronze. Os adolescentes (os nomes utilizados no texto são fictícios) estão internados na Fundação Casa por roubo, homicídio ou tráfico de drogas. — Nunca imaginei um resultado assim, ainda mais depois de tudo o que passei na vida. O que falta é a gente saber o que é bom para a gente—diz Aline, 17 anos.

Ela ganhou bolsa de estudos em um colégio particular em Junqueirópolis, interior de São Paulo, mas o excesso de faltas encerrou a oportunidade de forma brusca. Sua mãe, às vezes com uma depressão severa, perdeu a guarda dos quatro filhos. Desafiando a decisão judicial, ela insistiu em morar com a mãe, com quem viveu até se juntar com o namorado, da mesma idade, quando os dois tinham 15 anos. Meses depois, eles foram presos por tráfico de drogas. Ela é interna da unidade de Cerqueira César da Fundação Casa, localizada a 280km da capital. Lá, Aline é uma das melhores da turma. Fala com desenvoltura, tem vocabulário extenso e demonstra grande inteligência emocional para

a idade. Além de querer cursar Psicologia, seu maior sonho é reunir a mãe e os irmãos novamente, quando deixar a instituição — entre fevereiro e março de 2020, a depender de sua avaliação de comportamento. Já separada do companheiro, quer voltar a morar com a família.

—Veja, 10% do que acontece de ruim é para a gente aprender, os outros 90% dependem do que a gente vai fazer após o erro. E com a educação que tenho agora, vou fazer uma grande diferença, ninguém vai me passar pra trás —afirma.

Na Casa, as aulas são em tempo integral, incluindo, artes e esportes. As aulas são ministradas por professores da rede estadual, em uma parceria com a secretaria de Educação. Professores do Estado seguem o material e a programação da rede pública. Um dos principais diferenciais, curiosamente, é o tamanho das turmas: o limite é de 14 alunos. Além da atenção extra dos professores, os internos, que não têm acesso a celular ou internet, podem se dedicar a exercícios aplicados edições anteriores da Olimpíada de Matemática. Interno na unidade de Atibaia, localizada a 50km da capital, Vicente também recebeu uma menção honrosa. Criado pela mãe, ele foi reprovado no sexto ano por faltas. E acaba de completar o Ensino Fundamental na Casa. Sai em janeiro e pretende cursar o Ensino Médio em uma escola regular. Quer ser enfermeiro. —Achei a prova da Olimpíada difícil, mas senti que poderia ir bem —conta.

EVASÃO ESCOLAR

No ano passado, o número de internos reincidentes foi de 20%, de acordo com a Fundação Casa. A evasão escolar antes do envolvimento com atos ilícitos é um denominador comum entre os internos. Em dezembro de 2019, 6.756 adolescentes entre 12 e 21 anos — a maioria meninos (95,4%), em defasagem escolar (99,6%) e presos por crimes como tráfico (48,6%) e roubo ou furto (41,14%) — cumpriam medidas socioeducativas nos 142 centros da fundação no estado de São Paulo.

Crimes violentos, como homicídio, latrocínio ou estupro, representam 3,35% dos motivos para a internação dos jovens hoje na Fundação Casa. Na unidade de Nogueira, na capital, nenhum dos internos está em idade compatível com a série regular. A rotina, rígida, inclui horário determinado para banho e TV. São também obrigados a participar das aulas, requisito no período de internação.

— A maioria só se reconhece como estudante aqui. Assim que chegam, têm que voltar para a escola —diz a coordenadora pedagógica da unidade, Rosângela Omar. Vitor está na unidade localizada na capital desde março. O local lembra uma escola pública comum — exceto pelas grades que separam cômodos das salas de aula e as filas formadas por jovens para poderem andar pelos corredores. Enérgico, rápido e falante, define-se como ‘pavio curto’. A mãe, manicure, tem outros três filhos. Não tem contato com o pai e começou a trabalhar no Grajaú, um dos distritos mais pobres de São Paulo, entregando gás e folhetos, quando tinha 10 anos. Fazia bicos em mercados, pizzarias e vendia balas e água em rodovias. Entrou para o tráfico e, com 13 anos, comprou um carro. Na época, não gostava de estudar. Hoje, quer ser enfermeiro ou contador.

— A primeira vez que completei um caderno foi aqui. Para alguém que nunca ganhou nada, o resultado da Olimpíada é ótimo, né? Ainda mais ganhar algo relacionado a estudo. Fiquei feliz de dar esse gosto para minha mãe. Criado pela tia, Bruno saiu em

liberdade assistida em novembro deste ano, depois de ser detido quatro vezes por tráfico. Em maio e setembro, fez as provas da Olimpíada na unidade de São José do Rio Preto. Apesar do resultado, não decidiu se continuará os estudos em 2020, quando iria para o sétimo ano do fundamental. Quer focar agora no pequeno negócio de sorvetes que abriu. — O curso que mais gostei de fazer na fundação foi o de Atendimento ao Cliente. Estou trabalhando muito e quero fazer minha empresa crescer, ter uma casa, móveis e um carro —sonha o jovem.

“Com a educação que tenho agora, vou fazer diferença e ninguém vai me passar pra trás” _

Aline,

“A primeira vez que completei um caderno foi aqui”

_

Vítor,

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Nova versão para consulta pública

Programa visa criar novas formas para captação de recursos para universidades e flexibilizar regras

Uma nova versão do programa Future-se, publicada pelo Ministério da Educação (MEC). ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação. por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Rindo de Investimento do Conhecimento. a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Rindo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial. de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

O projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada. o que gerava receio

entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Ritme-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste nus. o texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões CAIU reitores de universidades federais. representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo 

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

O Ministério da Educação (MEC) publicou na última sexta-feira, 3, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes. "Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

O projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC. Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades. O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de

pessoas físicas e empresas para projetos específicos.

O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como “endowment” em universidades americanas. “O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups”, diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - ECONOMIA

Muito além de um passa tempo

Jogos estão cada vez mais integrados à educação no Brasil. Para as desenvolvedoras, são um negócio bastante lucrativo
GAMIFICAÇÃO

“Sai do videogame, vai estudar!” Em pleno 2020, essa frase está ultrapassada. Os games estão cada vez mais integrados à educação. As próprias escolas públicas e privadas já entenderam isso. Os desenvolvedores de jogos também, e estão criando opções ainda mais educativas. De acordo com o 2º Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais, divulgado em novembro de 2018 pelo então Ministério da Cultura (MinC) e pela Unesco, dos 1.718 jogos desenvolvidos entre 2016 e 2018 no País, 51% eram educativos.

O mercado de games no Brasil tem se mostrado lucrativo. Dados da 19ª Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia, da PwC, revela que o faturamento do setor no País atingiu US\$ 1,5 bilhão. Com esses números, a indústria brasileira de jogos mantém a posição de líder no latino-americano e o 13º lugar na classificação global. Em Pernambuco, escolas públicas já aderiram aos games para estimular o aprendizado dos alunos. É o caso da rede municipal do Recife, que utiliza a plataforma OJE, da pernambucana Joy Street, desde 2017. De acordo com o secretário executivo de Educação, Francisco Luiz dos Santos, ainda não existem dados que mostrem o quão positivo tem sido o uso dos games nas escolas públicas da cidade.

No entanto, professores e gestores da rede concordam que a ferramenta tem gerado mais interesse dos adolescentes na sala de aula. “Iniciamos em 2014 com jogos analógicos, como xadrez. Em 2017 conseguimos implementar a plataforma da Olimpíada de Jogos Digitais e Educação (OJE). Esses games têm sido grandes aliados. Às vezes, parece mais complicado aprender um conteúdo com o livro. É fácil desistir. Com os games, normalmente não percebem que estão aprendendo”, opina o secretário. A gestão municipal já investiu R\$ 27 milhões no processo de gameficação do ensino, cerca de R\$

51 por aluno, por ano.

O valor diz respeito não só à plataforma desenvolvida pela Joy Street, como à compra de computadores, tablets e instalação de banda larga nas escolas. Atualmente, a OJE atende cerca de 12 mil estudantes do 6º ao 9º ano, matriculados nas 36 escolas municipais de Anos Finais. A estimativa da gestão municipal é que o projeto seja ampliado para 14 escolas de anos iniciais. “Tanto entendemos os benefícios que nossos professores fizeram uma varredura em apps disponíveis e selecionaram 72 jogos educativos para disponibilizar nos equipamentos das escolas”, relata o secretário executivo.

Para o coordenador de Inovação da Joy Street, Luciano Meira, a gameificação é um terreno fértil e tende a crescer, já que com o tempo, tem sido possível verificar os benefícios na qualidade de ensino. “Hoje, no Brasil, já se estuda muito os reflexos desses games nas escolas, mas nos EUA já existem indicativos de que os jogos têm gerado alunos mais qualificados”, comenta. Para ele, logo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) deve começar a melhorar nas escolas que investem na gameificação do ensino.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Cursos livres de ensino a distância nas férias

Aulas são alternativas para turbinar o currículo

Durante o período das férias, a Estácio vai promover cursos livres de férias Educação a distância (EaD). O objetivo é incentivar que os profissionais que querem melhorar o currículo, e atualizar rapidamente e conquistar um diferencial no mercado de trabalho. São mais de mil opções de aulas digitais, com foco em diversos assuntos, como gestão, marketing, vendas, entre outros setores.

Segundo Eduardo Senise, diretor de pós-graduação e Novos Negócios da Estácio, para quem está desempregado, precisa de um diferencial no currículo ou não tem tempo no dia a dia para estudar, as férias de fim de ano surgem como opção. "A Estácio elaborou cursos rápidos, com preços acessíveis, em diversas áreas", explica.

Entre os cursos mais procurados estão Como falar e escrever bem, Organização de Eventos e Técnicas de negociação, Marketing digital, Gestão de vendas - completo e Gerenciamento do tempo. Além destes, os interessados podem encontrar a lista completa no link <http://www.estaciocursoslivres.com.br>. Ao final das aulas, os alunos recebem certificado.

Uma assinatura que vale muito

Contribua para mantermos um jornalismo profissional, combatendo às fake news e trazendo informações importantes para você formar a sua opinião. Somente com a sua ajuda poderemos continuar produzindo a maior e melhor cobertura sobre tudo o que acontece no nosso Rio de Janeiro.

topo ↕

ACORDA CIDADE - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

Agência Brasil - O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza

privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

[topo](#)

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS - TEMPO REAL

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

Curso será ofertado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, em Belém (PA)

O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início nesta quinta-feira, 2 de janeiro.

Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo.

O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso.

Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial. “A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa:

Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações
Prevenção e qualidade de vida no diabetes

A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

DIÁRIO - MS - TEMPO REAL

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início na última quinta-feira, 2 de janeiro.

Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo.

O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso.

Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial. “A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa:

Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações

A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministério abre nova consulta pública sobre o Future-se EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) abriu na sexta-feira (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar universidades e institutos federais.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades e institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública.

ALTERAÇÕES

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio à universidades no processo.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional".

topo ↕

JM ONLINE - MG - TEMPO REAL

Plataforma do CAPES abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas

As informações vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020

Até o dia 31 de janeiro de 2020, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** recebe os dados de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. Faça o cadastro aqui.

Além de mapear em todo Brasil os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse processo pretende identificar aqueles que têm real interesse em se especializar. As informações vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da

educação básica a serem implementados em 2020.

Os interessados devem cadastrar seus currículos e preencher os formulários, que pedem dados sobre sua formação e atuação profissional. Essas informações serão analisadas e validadas pelas Secretarias de Educação às quais os candidatos estão vinculados.

A manifestação de interesse dos professores e a validação pelas Secretarias ainda não garantem a oferta dos cursos, mas a intenção é de que norteiem o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa contribui para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, para assegurar formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem somente formação de nível médio.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

MEC abriu uma nova consulta pública para o programa Future-se

MEC abriu uma nova consulta pública para o programa Future-se. O Ministério da Educação (MEC) abriu nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir

as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

PALAVRA DIGITAL - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futuraseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”(Agência Brasil)

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ufopa lança livro sobre estudos das Ciências Ambientais na perspectiva do desenvolvimento sustentável

A proposta é que novos volumes sejam publicados a cada ano. O próximo está previsto ainda para 2020.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) publicou o livro “Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na Amazônia”, que traz uma coletânea de artigos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGNSD). Organizado pelos professores Antônio Humberto Minervino e Tânia Suely Brasileiro, o primeiro volume apresenta 22 artigos produzidos a partir de teses defendidas ou em fase de desenvolvimento e está disponível em versão digital e impressa.

Com 392 páginas, o livro aborda estudos na área das Ciências Ambientais na perspectiva do desenvolvimento sustentável na Amazônia, integrando dimensões presentes na região, como a biodiversidade, saberes tradicionais e inovação voltada para a realidade da população ribeirinha.

No prefácio, a primeira coordenadora do PPGNSD, Tereza Ximenes, ressalta que o Programa “tem na abordagem interdisciplinar uma alternativa de buscar novos caminhos explicativos para os problemas de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescente, que emergem no mundo contemporâneo”.

Publicação anual

De acordo com o coordenador do PPGNSD, Antônio Humberto Minervino, a proposta é que novos volumes sejam publicados a cada ano. O próximo está previsto ainda para 2020.

Segundo Minervino, a publicação contribui de duas formas fundamentais para o programa. “A primeira é de dar visibilidade ao conteúdo científico produzido pelos nossos alunos, que é, majoritariamente, uma extensa revisão de literatura, crítica e analítica, sobre um determinado tema aqui da região e que fica meio esquecida no corpo da tese”, disse.

“A segunda está relacionada aos critérios técnicos da **Capes** de produção qualitativa discente. Esse livro vem contribuir nesse aspecto, de aumentar o número de publicações de discentes e de egressos em conjunto com seus orientadores. E esse é um esforço que o SND vem fazendo para aumentar a nota na avaliação da **Capes** em 2021”, concluiu o coordenador.

topo ↕

TODA BAHIA - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu ontem (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que

manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

PORTAL AMAZÔNIA - BRASIL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

UnB foi a primeira universidade federal a adotar sistema de cotas raciais UnB reserva vagas para negros desde o vestibular de 2004 Percentual de negros com diploma cresceu quase quatro vezes desde 2000, segundo IBGE

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Lista de desejos

O primeiro da lista seria resolver o Fundeb, que deixa de existir no fim de 2020

Começo de ano e a lista de desejos é inevitável. E quando o ano passado foi ruim, aumentam as expectativas de renovação. A educação, que tanto sofreu em 2019, precisa de muito para virar o jogo em 2020. Confesso que não há muita esperança, mas quem sabe as sete ondinhas ou a roupa branca nos ajude a ter sorte nessa área crucial para o desenvolvimento do País.

O primeiro da lista de desejos seria o Fundeb, o fundo responsável pela maioria do dinheiro que vai para escolas em todo o Brasil. Se nada for feito, ele deixa de existir no fim de 2020. E aí, cada Estado e município que se vire com o que tem para a educação. Hoje, mesmo com todos seus problemas, o Fundeb ajuda a tornar a educação menos desigual.

Isso porque o fundo recebe 20% do que é arrecadado em impostos estaduais, como ICMS e IPVA. O dinheiro então é dividido pelo número de alunos nas escolas públicas em cada Estado. Onde o resultado dessa conta for inferior ao valor mínimo por estudante estipulado pelo governo federal (cerca de R\$ 3 mil), a União complementa com dinheiro próprio.

A lei que criou o Fundeb, em 2007, determinava vigência até 31 de dezembro de 2020. Ao longo de 2019 deputados federais se desdobraram em discussões sobre como seria o novo fundo, com quase nenhuma colaboração do Ministério da Educação (MEC). Em setembro, foi apresentada pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO) uma proposta para que o Fundeb se torne permanente e seja incluído na Constituição.

Além disso, o texto prevê que a complementação da União suba dos atuais 10% do

fundo para 15% em 2021 e vá aumentando até chegar a 40%, algo considerado impossível pelo governo federal. O texto ainda nem foi votado na comissão de educação e precisa passar por Câmara e Senado. Há diversos impasses. Alguns defendem, por exemplo, que o dinheiro da educação seja distribuído levando em conta resultados de aprendizagem dos alunos.

Mas a lista de prioridades para este ano não pode ser só sobre dinheiro. O já conhecido como ano perdido para a educação, leia-se 2019, ignorou qualquer política para melhorar a aprendizagem dos alunos ou a qualidade dos professores. Dois desejos, por sinal, intimamente ligados.

Mais uma vez, o Pisa, a avaliação internacional de estudantes, mostrou em 2019 o Brasil entre os piores do mundo. Nossos alunos de escolas públicas pouco aprenderam quando chegam aos 15 anos, quando a prova é feita. Nossos professores ainda passam por cursos teóricos e ultrapassados, distantes do adolescente de hoje.

Em 2020, seja quem for o ocupante da cadeira de ministro da educação - não se sabe se Abraham Weintraub volta ou não das férias - precisa esquecer a ideologia e olhar para os 27 milhões de crianças e adolescentes que estão nas escolas brasileiras. É preciso dar continuidade à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental e médio, trabalhar com Estados e municípios. Um grande desejo seria também uma importante política de incentivo a professores, que inclua melhor seleção de quem pode ser professor, melhores salários e formação que ensine a dar aulas. Há evidências no mundo todo do por quê e de como fazer.

E para completar a lista: alfabetização de crianças. Em 2019, ouviu-se muita acusação sem pé nem cabeça a Paulo Freire e nenhuma ação real para mudar o triste quadro - 50% das crianças de 8 anos não sabem ler. O ano perdido precisa ficar para trás. Falta tanto à educação brasileira que não se pode perder sequer um dia mais. A lista de desejos não caberia nesta coluna, na verdade. Mas se fizermos ao menos um ou dois itens em 2020 já seria um ótimo começo de década.

*É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer ligar bolsas da Capes ao Future-se

O Ministério da Educação (MEC) publicou ontem uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, a pasta da Educação propõe que participantes do programa passem a ter preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Future-se prioriza bolsas da Capes para quem aderir

Em terceira versão do texto, MEC também condiciona concessão de benefícios a instituições com bons resultados em indicadores definidos pela pasta

BRASÍLIA

Uma nova versão do programa Future-se, publicada ontem pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial, prevê, entre outros pontos, que universidades que aderirem ao programa e alcançarem os resultados exigidos terão preferência na concessão de bolsas de estudo oferecidas pela **Capes**. O texto ficará aberto a consulta pública até o dia 24, e depois disso será encaminhado ao Congresso Nacional. Procurado pela reportagem, o MEC não se pronunciou sobre a publicação. Em artigo para O GLOBO, o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, que é reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia), criticou a minuta — “que segue agredindo a autonomia universitária” — e condenou a subordinação de recursos da **Capes** à adesão ao Future-se, o que qualificou de “pressão política estranha”.

TRECHOS POLÊMICOS RETIRADOS

O Future-se almeja criar novas formas para as universidades captarem recursos e diversificar as regras para gestão de pesquisas por meio de contratos com fundações e organizações sociais. Diferentemente da versão anterior, onde havia a previsão de “benefícios especiais”, o novo texto adota a nomenclatura “benefícios por resultados”. Os indicadores de resultado serão estabelecidos pelo MEC após ouvir universidades e institutos federais. Um contrato de resultado será estabelecido entre governo e unidade de ensino que aderir ao programa. Nesse ponto, o Future-se determina que as universidades que alcançarem resultados esperados receberão recursos orçamentários adicionais, entre outros pontos:

“Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** aos participantes do Programa Future-se”.

Essa é a terceira versão do texto a vir a público. Trechos polêmicos do programa foram retirados após ampla repercussão negativa na comunidade acadêmica — foi o caso da cláusula que vinculava a adesão ao Future-se à redução de gasto com pessoal.

O novo texto institui ainda a figura do “Comitê gestor”, responsável por supervisionar o programa. O grupo será composto por representantes de universidades e institutos, do MEC, do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Em seu artigo, o presidente da Andifes escreve que a comunidade acadêmica irá “certamente debater” a terceira versão do Future-se e que “cada instituição, como sempre, fará análises mais detidas”. No entanto, critica “a interferência na gestão de contratos (por fundações ou organizações sociais)” e na “orientação didático-científica de nossas instituições, com indicação de disciplinas que devem ser oferecidas ou acrescentadas ou de focos temáticos que terão prioridade”. E defende que, “sendo unilateral a proposta e estando focada em uma concepção de inovação e

empreendedorismo estreita, não está à altura da riqueza e da diversidade de nossas instituições”.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Só papos

alexandresouza.df@dabr.com.br

“Em 2021, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o Hino Nacional. Os livros hoje em dia são um amontoado. Muita coisa escrita, tem de suavizar aquilo”

Jair Bolsonaro, presidente da República

“Não nos admira vindo de um governo cujo ministro da Educação não sabe escrever direito nem muito menos fazer contas básicas de matemática. O povo quer ler, sim, pois, sem educação, já basta o presidente!”

Fernanda Melchionna (PSol-RS), deputada federal

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro chama livros didáticos de "lixo" e propõe que material seja suavizado em 2021

Presidente também voltou a criticar o pensador brasileiro Paulo Freire

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chamou os atuais livros didáticos de lixo e disse que seu governo deve modificar o material distribuído nas escolas a partir de 2021 para "suavizar o conteúdo".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/bolsonaro-chama-livros-didaticos-de-lixo-e-propoe-que-material-seja-suavizado-em-2021.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Oi, sumido

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, volta de uma temporada de férias na América do Norte na segunda-feira. Até ontem, tinha só duas reuniões na agenda: Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Jair Bolsonaro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Bolsonaro sugere menos 'coisa escrita' nos livros didáticos

BRASÍLIA E RIO

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem mudanças em livros didáticos, afirmando que têm “muita coisa escrita” e é preciso “suavizar”. Bolsonaro afirmou que, a partir de 2021, quando os livros forem feitos por sua gestão, as publicações irão conter a bandeira do Brasil e o Hino Nacional. —Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir neste ano, levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Em 2021, todos os livros serão nossos. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o Hino Nacional. Os livros hoje, como regra, são um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar —disse Bolsonaro, na saída do Palácio do Alvorada.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação não se pronunciou. Bolsonaro voltou a criticar o educador Paulo Freire, relacionando suas ideias ao baixo resultado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. — Falando em suavizar, estou vendo um cabeça branca ali, estudei na cartilha Caminho Suave. Você não esquece.

Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire. O cara ficou dez anos, e a garotada de 15 anos foi fazer a prova do Pisa e mais da metade não sabe fazer uma regra de três simples. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático realiza a compra de livros em ciclos de quatro anos para cada uma das etapas de escolarização, do infantil ao médio. O governo abriu em dezembro de 2019 o edital para aquisição de livros didáticos para o ensino médio em 2021. Bolsonaro afirmou, ainda, que governos de esquerda “acabaram” com o Colégio Pedro II, instituição federal com 14 campi no Rio, em Duque de Caxias e em Niterói. Um dos pontos criticados foi o fato de o Pedro II autorizar, desde 2016, que os alunos escolham usar saia ou bermuda, independentemente do gênero, seguindo uma resolução do próprio MEC.

— O que a esquerda plantou na educação? Plantou militância. Tanto é que o pessoal vota no PT e no PSOL. Chegou ao cúmulo de acabar com uma escola como o Colégio Pedro II. Menino de saia, MST lá dentro. Oscar Halac, reitor do colégio, afirma que pode ter havido um “mal-entendido” e diz considerar o Pedro II uma “instituição de excelência”. — O colégio está mais vivo do que nunca. Tivemos 30 mil inscrições em nossa última seleção. Como temos 1.900 vagas, isso mostra como há um interesse muito grande da sociedade pela instituição. Temos alguns dos melhores resultados estaduais e municipais no Inep, no Sistema de Avaliação Básica (Saeb) e no Enem. Sobre a autorização para que os alunos se vistam da maneira que julgarem apropriada, Halac ressalta: — Não existe nenhuma portaria determinando que os meninos usem saia, então pode ter havido um equívoco (na declaração do presidente).

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

MEC publica nova versão para consulta pública

O Ministério da Educação (MEC) publicou ontem uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos. Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes. "Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto.

Adequação de gastos

Conforme o jornal O Estado de S. Paulo antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidades no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades. O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos.

topo ↕

CIRCUITO MATO GROSSO - TEMPO REAL

MEC publica nova versão do programa Future-se para consulta pública Governo propõe dar preferência a participantes do programa na concessão de bolsas e recursos orçamentários adicionais

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira (3) uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

Conforme o Estado antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidades no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups."

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando

a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado"

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira (3), uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira (3), uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

O projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - GERAL

MEC publicano v a versão do Future -se CONSULTA

Começou na sexta-feira, 03 de janeiro, uma nova consulta pública sobre o Future-se, do Ministério da Educação (MEC). É a segunda vez que a pasta abre para discussão o programa que pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo. Em agosto do ano passado, o MEC apresentou uma primeira proposta do programa que foi rejeitada por universidades.

Desta vez o texto foi reformulado e apresentado novamente para a comunidade acadêmica antes do envio de um Projeto de Lei para o Congresso Nacional. Texto reformulado - De acordo com o novo texto, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** serão concedidas prioritariamente para os participantes do programa. Segundo o MEC, a proposta apresentada dá mais "segurança jurídica" na relação entre instituições de ensino e as fundações de apoio, além de facilitar a captação de recursos próprios pelas universidades. Para participar, a instituição de ensino superior interessada deverá assinar um "contrato de resultado" com o ministério.

O MEC reforçou que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidade. Este novo texto ressalta que não haverá substituição nos investimentos para as universidades e que os valores obtidos a partir de fontes privadas serão adicionais aos já destinados pelo orçamento para a educação superior pública. Com o Future-se, as universidades poderão: Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União.

As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes; Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo; Ceder os "naming rights" de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras e Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Empenhadas em derrubar a resolução do CNJ que regula o uso de redes sociais por

juízes em todo o país, associações que representam magistrados têm se incomodado com os recentes sinais emitidos pelo Supremo.

topo ↕

O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70

DIABETES

SAÚDE

Escolhido para oferecer o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes, o Hospital Barros Barreto é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. A UFPA possui autorização da **Capes** para ofertar o curso. A ideia é formar profissionais qualificados para atender à população. O mestrado terá duas linhas de pesquisa: diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações; e prevenção e qualidade de vida no diabetes.

topo ↕

O POVO - CE - FAROL

MEC publica nova versão do Future-se

O Ministério da Educação (MEC) publicou ontem uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais. Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

topo ↕

AQUI ACONTECE - TEMPO REAL

Ministério da Educação abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à

geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

por Agência Brasil

topo ↕

CIDADE VERDE - TEMPO REAL

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira, 3, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

Conforme o jornal O Estado de S. Paulo antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o

objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

Fonte: Estadão Conteúdo

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

MEC muda Future-se após baixa adesão de reitores

O Ministério da Educação abriu uma nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais.

A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups."

Levantamento feito pelo jornal Estado de São Paulo publicado no dia 25 de setembro

aponta que das 63 universidades federais, 27 responderam que não iriam aderir a primeira versão do programa, 7 demonstraram posição crítica, 27 não decidiram e 2 não responderam.

No dia 17 de setembro um grupo de reitores de universidades federais esteve em uma audiência pública no Senado para discutir o tema.

“Há uma grande relativização, se não agressão frontal, que ele [Future-se] representa à autonomia universitária, embora se apresente como algo que vai melhorar ou facilitar nossa autonomia”, declarou na época o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Oppermann.

A professora Márcia Abrahão Moura, reitora da Universidade de Brasília (UnB), disse que não há clareza sobre pontos como a dispensa do chamamento público para adesão a contratos de gestão com as instituições de ensino

“O financiamento público das instituições federais, previsto na Constituição, não é abordado na minuta, o que causa estranhamento. O texto propõe a criação de um fundo de natureza privada como alternativa para o financiamento de pesquisa, inovação e internacionalização, e também não há clareza sobre como vai funcionar e qual é o papel do Estado nesse fundo”, disse.

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se divulgada na sexta-feira (3) é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

Com Agência Brasil.

topo 

GAZETA - MT - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020

O Ministério da Educação (MEC) abriu nessa sexta-feira (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das

instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups."

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população - e especialistas em educação - antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o

ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futuresconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades e institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir

as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira, 3, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

Conforme o jornal O Estado de S. Paulo antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC abre consulta pública sobre o Future-se até 24 de janeiro

Interessados podem enviar sugestões para o programa que, segundo o ministério, deve dar mais autonomia financeira a universidades e institutos federais

O Ministério da Educação (MEC) abriu consulta pública sobre o programa Future-se nesta sexta-feira (3/1). O intuito é ouvir a população, além de especialistas, antes de a proposta se tornar um projeto de lei no Congresso Nacional.

Interessados em dar sugestões ao programa podem enviar e-mail para futureseconsulta@mec.gov.br ou acessar o site. O Future-se surgiu, segundo o MEC, como uma tentativa de aumentar a autonomia financeira das universidades e dos institutos federais, que poderiam ter mais liberdade para receber, por exemplo, doações ou outros recursos por meio do fomento ao empreendedorismo.

A proposta ainda está em construção e deverá ser moldada a partir das sugestões da consulta pública e de diálogos com reitores, comunidade acadêmica, entidades educacionais, entre outros interessados.

Os eixos do Future-se, no momento, são: empreendedorismo; internacionalização; e pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. As universidades e os institutos federais não seriam obrigados a aderir ao Future-se, porém, os que optarem por não aderir podem acabar tendo prejuízos.

Por exemplo, no projeto de lei em construção, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** seriam concedidas prioritariamente para os participantes do Future-se.

Para participar, a instituição deverá firmar um contrato com o MEC. Instituições não vinculadas à pasta, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) já manifestaram interesse em participar da iniciativa

A forma de financiamento está mantida. O texto atual ressalta, porém, que as receitas provenientes das fontes privadas são adicionais e não substituem as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as instituições federais de ensino superior.

Justificativa

Segundo o MEC, é garantido que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos. O programa foi lançado

em 17 de julho de 2019 tendo como base o fomento à captação de recursos próprios, à pesquisa, ao empreendedorismo e à internacionalização.

As instituições participantes poderão ter acesso a recursos de fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, microcrédito produtivo orientado e fundos patrimoniais. O Future-se, segundo o MEC, tenta tornar mais eficiente práticas já existentes.

As instituições já contam com receitas próprias — cerca de R\$ 1 bilhão de universidades, institutos e hospitais universitários somados. Mas os recursos não apresentam retorno direto para as atividades por causa de limitação legal. O dinheiro arrecadado vai para a Conta Única do Tesouro. A proposta do MEC visa à desburocratização do recebimento dessa verba.

Já na data de lançamento, o programa entrou em pré-consulta pública. Foram mais de 40 dias para recebimentos de sugestões, quando houve quase 60 mil cadastros. No entanto, o projeto também recebeu muitas críticas, de instituições como a Universidade de Brasília (UnB) e o sindicato de reitores de federais, o Andes.

*Com informações do MEC

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu ontem (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se. A proposta do governo, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais.

De acordo com informações da Agência Brasil, a consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futuraseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status social ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma possibilidade de ouvir a população

— e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.

A CRÍTICA - AM - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Ministério da Educação abre consulta pública sobre o Future-se

Programa cria um fundo de R\$ 102,6 bilhões para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada

para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

Governo propõe dar preferência a participantes do programa na concessão de bolsas e recursos orçamentários adicionais; texto ficará aberto para sugestões até 24 de janeiro

SÃO PAULO – O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira, 3, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal

concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

Conforme o Estado antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a "adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidade no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Proposta atual do Future-se segue agredindo a autonomia universitária, escreve presidente da Andifes

João Carlos Salles condena pressão política estranha de subordinar recursos da Capes ao programa voltado para o ensino superior elaborado na gestão do ministro Abraham Weintraub

O novo texto do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, publicado nesta sexta-feira pelo MEC (Diário Oficial da União, de 03 de janeiro de 2020) e submetido a consulta pública, será certamente objeto de debate em

nossa comunidade. Como sempre, cada instituição não deixará de fazer a análise mais detida. Entretanto, sendo essa a terceira versão da proposta, já conhecemos e reconhecemos seus termos e sua estratégia. O governo mantém suas convicções: e são tão fortes que ele não recua mesmo em pontos já fortemente questionados, nem sequer após a rejeição das versões anteriores por nossas universidades.

Com efeito, mantém-se na proposta atual a agressão à autonomia universitária. Continua a interferência na gestão de contratos (por fundações ou organizações sociais), mas também na orientação didático-científica de nossas instituições, com a indicação de disciplinas que devem ser oferecidas ou acrescentadas ou de focos temáticos que terão prioridade.

Há aqui inclusive uma pressão política nova e estranha, pois se subordina, preferencialmente, a concessão de recursos da **CAPES** ao Programa Future-se e não à necessidade e à política mais ampla de aperfeiçoamento e formação de pessoal de nível superior. Por isso, sendo unilateral a proposta e estando focada em uma concepção de inovação e empreendedorismo estreita, não está à altura da riqueza e da diversidade de nossas instituições.

A ênfase em retribuição por desempenho continua presente inclinando a gestão por reforço operante; e substituir a expressão “contrato de desempenho” por “contrato de resultado” (ou “Fundo Soberano do Conhecimento” por “Fundo de Investimento do Conhecimento”) não lhe muda o sentido, que é o de diminuir o papel das administrações centrais.

Mantêm-se ademais a ideia de Sociedade de Propósito Específico (que enfraquece a estrutura organizacional e o interesse da instituição como um todo) e a indistinção entre instituições públicas e privadas na revalidação de diplomas, além do uso de termos impróprios em uma legislação, como o de “facilitação” de acreditação de disciplinas. E continua sim a ideia de adesão, porque condicionado o Programa à celebração de um contrato, com o que se quebra a unidade das políticas destinadas ao conjunto do sistema de ensino superior.

Com foco unilateral tão claro, a menção ao artigo 207 da Constituição torna-se contraditória, pois o Programa Future-se afronta, já em seu título, uma disposição essencial desse artigo, qual seja, a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária é ignorada; o foco é maior na inovação do que na pesquisa que a possibilita; e o interesse do mercado parece mais relevante que a produção do conhecimento, quando, ao contrário, a produção de conhecimento, cultura e arte envolve relações mais amplas, diversas e generosas com a sociedade, não podendo ser reduzida apenas a indicadores de empregabilidade.

A procura de recursos adicionais de financiamento continua a envolver a utilização do patrimônio de imóveis das universidades — o que, por várias razões, muito tem preocupado nossas comunidades acadêmicas e deixa a sociedade em estado de alerta. Enfim, algumas possibilidades interessantes mencionadas na proposta não necessitam do contexto legal do Future-se, pois já são realizadas por nossas instituições ou dependem apenas da implementação de legislação já existente, como o novo marco

legal de ciência, tecnologia e inovação e a lei dos fundos patrimoniais.

Vale repetir: nossas instituições vão certamente analisar em detalhe a nova proposta. Entretanto, sua semelhança com as versões anteriores é evidente. Em sendo assim, ao que parece, também a proposta atual do Programa Future-se atenta contra a autonomia universitária, indica descompromisso do Estado com o financiamento público da educação superior e agride a plenitude, a integridade e a unidade de cada instituição universitária, bem como do inteiro sistema de ensino superior federal.

*Presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia)

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups."

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população

? e especialistas em educação ? antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

MEC propõe prioridade na concessão de bolsas da Capes para participantes do Future-se

Terceira versão do texto ainda define criação de comitê gestor para fiscalizar desempenho de universidades

O Ministério da Educação (MEC) publicou, no Diário Oficial desta sexta-feira (3), uma nova versão do projeto de lei que definirá o funcionamento do Future-se, programa lançado em julho para incentivar o financiamento privado em universidades e institutos federais públicos. O texto prevê que bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, usadas para manter estudantes de mestrado e doutorado, serão concedidas de forma prioritária para instituições que aderirem à iniciativa do governo federal.

O novo texto do Future-se determina que universidades e institutos federais que entrarem no programa receberão do governo federal verba adicional do "Fundo de Investimento do Conhecimento" e prioridade no repasse de bolsas da **Capes** – desde que atinjam os resultados esperados.

Para participarem, as instituições precisarão firmar um contrato de resultados com o MEC. Os indicadores de desempenho serão estabelecidos pelo governo federal após conversas com as universidades e institutos federais.

No texto, o governo ressalta que o dinheiro repassado não irá substituir os repasses regulares – serão adicionais ao que normalmente as instituições recebem. Nesta versão, o MEC retirou a exigência de reduzir gastos com salários de funcionários.

A versão do texto divulgada nesta sexta-feira é a terceira até agora – a segunda foi rejeitada por universidades. Agora, a consulta pública está aberta para sugestões até 24 de janeiro. Em seguida, o MEC fechará a proposta e irá encaminhá-la ao Congresso na forma de projeto de lei.

O governo federal também pretende criar um "comitê gestor", responsável por gerir o Future-se e acompanhar se as instituições estão atingindo bom desempenho. Farão parte deste grupo representantes das instituições de ensino e dos Ministérios da Economia, Educação, e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na última edição, o documento ainda falava em "benefícios especiais". Agora, o projeto de lei cita "benefícios por resultados".

Seis universidades gaúchas não devem aderir ao Future-se

Seis das sete universidades federais gaúchas decidiram em reuniões internas com a comunidade acadêmica pela não adesão ao Future-se.

São elas: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal do Rio Grande do sul (UFRGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA) e Universidade Federal de Rio Grande (Furg) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) ainda não havia se posicionado sobre o assunto até setembro (GaúchaZH

tenta confirmar atual posição).

A principal crítica das universidades é sobre o risco de perder autonomia. Para Paulo Burmann, reitor da UFSM, a priorização de bolsas **Capes** para quem aderir ao Future-se "é mais uma ingerência perigosa no que tange à qualificação de pessoal do Ensino Superior, além do ensino e a pesquisa nas universidades públicas".

— Essa medida, acompanhada das recentes restrições orçamentárias, significa certamente um travamento do processo da soberania a partir da ciência, do conhecimento e da tecnologia. Vemos com muita preocupação este aspecto, mas quero crer que um tópico como este não seria aprovado no Congresso Nacional, porque há uma responsabilidade em relação ao futuro do país — completa.

Segundo o MEC, "o conteúdo do anteprojeto de lei, em construção, é resultado de discussões com a sociedade, com outros ministérios, reitores, associações, comunidade acadêmica, entidades do setor educacional, dentre outros".

É possível contribuir com a consulta por meio deste link ou pelo e-mail futureseconsulta@mec.gov.br.

O que é o Future-se?

Programa criado pelo MEC para fazer as universidades federais serem menos dependentes do dinheiro do governo federal. A ideia é que elas busquem verba junto à iniciativa privada e que atividades do dia a dia sejam compartilhadas com organizações sociais e fundações de apoio.

Na prática, as reitorias poderão fazer parcerias público-privadas, cessão de prédios, contratar organizações sociais para cuidar de contratos de serviço, permitir que empresas batizem prédios ou laboratórios (como ocorre em estádios e museus) e aplicar investimentos na Bolsa de Valores por meio de fundos de patrimônio. Outra medida é regular que ações de cultura possam ser financiadas pela Lei Rouanet.

Há outras ações, com foco em reduzir as barreiras para que universidades firmem parcerias com empresas.

Como funciona um fundo patrimonial?

O fundo é uma espécie de poupança aplicada na Bolsa de Valores. Um doador (empresa ou ex-aluno) destina uma verba à instituição, que investe o valor no mercado financeiro. Em seguida, usa apenas parte dos rendimentos para financiar pesquisas ou fazer reformas - e a outra parte do rendimento volta para o bolo inicial. A Faculdade de Engenharia da UFRGS já tem um fundo patrimonial, conforme mostrou GaúchaZH em março.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC – Future-se em consulta pública pela segunda vez

O Ministério da Educação (MEC) informa que o período para envio de sugestões é de 3 a 24 de janeiro. A consulta foi publicada na edição de hoje (3), do Diário Oficial da União (DOU). Em agosto de 2019, o anteprojeto, que recebeu crítica de educadores e especialistas, também estava no site. O texto destaca que, prioritariamente, as bolsas da **Capes** vão para os participantes do Future-se. No entanto, o "MEC reitera que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos"

O Future-se entra em consulta pública, a partir desta sexta-feira, 3 de janeiro, para ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates. De acordo com o órgão a participação pode ser por e-mail para o endereço futureseconsulta@mec.gov.br ou pelo site <http://www.participa.br/profile/future-se/>.

O programa, reforça o MEC, tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.

“O conteúdo do anteprojeto de lei, em construção, é resultado de discussões com a sociedade, com outros ministérios, reitores, associações, comunidade acadêmica, entidades do setor educacional, dentre outros. Destaca-se, também, a instituição de Grupo de Especialistas Jurídicos, composto por membros da Advocacia Geral da União (AGU), com o objetivo de discutir e consolidar as propostas apresentadas por meio da pré-consulta aberta à comunidade e apoiar o Ministério da Educação no processo de elaboração da minuta de proposição legislativa do programa”, detalha o ministério.

A consulta pública é importante para dar o máximo de transparência ao processo e reunir mais sugestões de aprimoramento à proposta. Com a reformulação no texto da minuta de PL, o programa, de caráter facultativo, passa a ter os seguintes eixos:

Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação
Empreendedorismo
Internacionalização

Outro ponto de destaque no novo texto é que, prioritariamente, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** serão concedidas para os participantes do Future-se.

Para participar, a instituição deverá firmar um contrato de resultado com o MEC. Instituições de excelência não vinculadas ao ministério, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) já manifestaram interesse em participar da iniciativa

O texto reformulado inclui as fundações de apoio no processo. A proposta visa dar maior segurança jurídica na relação entre instituições de ensino e as fundações de apoio, fomentando a captação de recursos próprios.

A forma de financiamento está mantida. O novo texto ressalta, porém, que as receitas provenientes das fontes privadas são adicionais e não substituem as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as instituições federais de ensino superior.

O MEC reitera que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos.

Future-se

O programa foi lançado em 17 de julho de 2019, com o intuito de dar maior autonomia às instituições federais de educação superior, que hoje dependem praticamente 100% do orçamento da União, na análise do MEC.

“Sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares da iniciativa. O fomento à captação de recursos próprios, à pesquisa, ao empreendedorismo e à internacionalização são pontos-chave. As instituições participantes do Programa poderão ter acesso a recursos de fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, microcrédito produtivo orientado e fundos patrimoniais”, detalha a nota do MEC.

O Future-se tenta tornar mais eficiente práticas já existentes. As instituições já contam com receitas próprias — cerca de R\$ 1 bilhão de universidades, institutos e hospitais universitários somados. Mas os recursos não apresentam retorno direto para as atividades por conta de limitação legal. O dinheiro arrecadado vai para a Conta Única do Tesouro. A proposta do MEC visa à desburocratização do recebimento dessa verba.

Já na data de lançamento, o programa entrou em pré-consulta pública. Foram mais de 40 dias para recebimentos de sugestões: quase 60 mil cadastros.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020

O Ministério da Educação (MEC) abriu nesta sexta-feira (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

Programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

Começa nesta sexta-feira (3) uma nova consulta pública sobre o Future-se, do Ministério da Educação (MEC). É a segunda vez que a pasta abre para discussão o programa que pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

Em agosto do ano passado, o MEC apresentou uma primeira proposta do programa que foi rejeitada por universidades. Desta vez o texto foi reformulado e apresentado novamente para a comunidade acadêmica antes do envio de um Projeto de Lei para o Congresso Nacional.

Entenda o que já se sabe sobre o Future-se e o que ainda falta esclarecer
Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil
As sugestões para esta consulta pública poderão ser enviadas para o MEC até o dia 24 de janeiro pelo e-mail futureseconsulta@mec.gov.br, ou pela plataforma digital do Future-se (<http://www.participa.br/profile/future-se/>).

Texto reformulado

De acordo com o novo texto, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** serão concedidas prioritariamente para os participantes do programa. Segundo o MEC, a proposta apresentada dá mais "segurança jurídica" na relação entre instituições de ensino e as fundações de apoio, além de facilitar a captação de recursos próprios pelas universidades.

Para participar, a instituição de ensino superior interessada deverá assinar um "contrato de resultado" com o ministério. O MEC reforçou que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidade.

Este novo texto ressalta que não haverá substituição nos investimentos para as universidades e que os valores obtidos a partir de fontes privadas serão adicionais aos já destinados pelo orçamento para a educação superior pública.

Com o Future-se, as universidades poderão:

Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e

da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes
Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para
financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo
Ceder os “naming rights” de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de
futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras
Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de
fomento
Future-se

O programa foi lançado em julho do ano passado. A proposta inicial prevê que as
instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos
com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios, entre outros
pontos.

A adesão é voluntária, mas as universidades que aderirem ao programa terão que
cumprir-lo integralmente – e serão cobradas se não implementarem pontos específicos.

O MEC afirma que o programa pode atrair cerca de R\$ 100 bilhões às universidades.
Segundo o ministério, os recursos virão da União, de fundos constitucionais, de leis de
incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais.

topo ↕

JORNAL OPÇÃO - ON LINE

MEC prioriza bolsas da Capes para universidades que participam do Future-se

O Ministério da Educação (MEC) divulgou na edição do Diário Oficial da União
(DOU) desta sexta-feira, 3, a abertura da segunda consulta pública do programa Future-
se, que tem o intuito de aumentar autonomia financeira, administrativa e de gestão das
universidades federais através do incentivo à iniciativa privada.

Depois de passar por uma reformulação, o texto do projeto apresentou algumas
mudanças nos eixos de “Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação”,
“Empreendedorismo” e “Internacionalização”.

As alterações priorizam que as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes)** sejam concedidas para as universidades
participantes do Future-se. Além disso, o projeto reforça que as universidades que
alcançarem “resultados esperados” receberão recursos orçamentários adicionais
captados de fontes privadas.

O programa foi lançado em 17 de julho de 2019 e foi rejeitado pela maioria da
universidades federais brasileiras. Uma das maiores críticas das instituições é sobre a
possível precarização dos recursos causada pela privatização.

O envio das sugestões podem ser realizados por meio do envio de e-mail para o
endereço futurseconsulta@mec.gov.br ou pelo site <http://www.participa.br/future-se>.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Pará terá o primeiro mestrado de estudos clínicos em diabetes do Brasil Curso será ofertado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, em Belém (PA)

O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital
Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em

Belém, oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início nesta quinta-feira, 2 de janeiro. Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo. O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região.

A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso. Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial. “A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica. O mestrado terá duas linhas de pesquisa: - Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações; - Prevenção e qualidade de vida no diabetes. A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

O SUL - RS - TEMPO REAL

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

Curso será ofertado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, em Belém (PA)

O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início nesta quinta-feira, 2 de janeiro.

Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo.

O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso.

Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial. “A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa:

Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações
Prevenção e qualidade de vida no diabetes

A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**MEC prioriza concessão de bolsas da Capes a universidades do Future-se
A pasta publicou minuta do texto do Projeto de Lei no Diário Oficial desta sexta-feira; o documento ficará disponível para consulta pública**

São Paulo — Seis meses após apresentar o programa Future-se, o Ministério da Educação lançou, nesta sexta-feira (03), uma nova consulta pública do Projeto de Lei, com alterações no texto que será enviado ao Congresso.

A proposta tem a ideia de utilizar dispositivos do mercado financeiro para que faculdades e institutos federais gerem recursos próprios, mas inicialmente foi rejeitada pela maioria dos conselhos da Universidades Federais do Brasil, segundo mapeamento do jornal O Estado de S.Paulo.

Nessas novas mudanças apresentadas hoje, o MEC condicionou que, prioritariamente, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** serão concedidas aos participantes do Future-se.

Diferentemente da versão anterior, onde havia a previsão de “benefícios especiais”, o novo texto adota a nomenclatura “benefícios por resultados”. Os indicadores de resultado serão estabelecidos pelo MEC após ouvir as universidades e institutos federais.

Nesse ponto, o Future-se determina que as universidades que alcançarem resultados esperados receberão recursos orçamentários adicionais, entre outros pontos:

“Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento; a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação; e a concessão preferencial de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aos participantes do Programa Future-se.”

O texto do projeto de lei que estabelece o Future-se ficará disponível para consulta pública até o dia 24 de janeiro. Depois disso, o MEC deve finalizar o documento e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Essa é a terceira versão do texto a vir a público.

Trechos polêmicos do programa foram retirados após ampla repercussão negativa na comunidade acadêmica, foi o caso da cláusula que vinculava a adesão ao Future-se à redução de gasto com pessoal.

O novo texto do Future-se institui ainda a figura do Comitê Gestor, responsável por

supervisionar o programa. O grupo será composto por representantes das universidades e institutos, do Ministério da Economia, do MEC e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

De acordo com reitores, a captação de recursos próprios pelas instituições, a gestão por meio de OSs, os naming rights (usar o nome de empresas/patrocinadores) e a busca de dinheiro pela Lei Rouanet são técnicas a que muitas federais já aderiram.

Outro ponto que representantes consideram que não está claro é a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Há questionamentos sobre a legalidade jurídica e a viabilidade fiscal desse fundo.

O programa prevê, ainda, indicadores de metas e governança, para reforçar o que já é feito em parceria com a iniciativa privada. A meta é que essa fonte de recursos, que rendeu R\$ 1 bilhão para as federais no ano passado, supere 100 bilhões de reais. O valor é cerca do dobro do orçamento anual de todas as 63 instituições federais de ensino em 2019 (49,6 bilhões de reais).

Em entrevista a EXAME, em julho, Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV), citou o risco de o Future-se desobrigar o poder público de investir nas universidades. “Não existe modelo de universidade pública bancada, exclusivamente, por iniciativa privada”, disse ela na ocasião.

Segundo o MEC, as formas iniciais de financiamento serão previstas. Mas o novo texto ressalta que as receitas provenientes das fontes privadas são adicionais e não substituem as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as instituições federais de ensino superior.

“O MEC reitera que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos”, diz a pasta.

(Com informações da Agência O Globo)

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futureseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são

entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC publica nova versão do Future-se para consulta pública

Governo propõe dar preferência a participantes do programa na concessão de bolsas e recursos orçamentários adicionais; texto ficará aberto para sugestões até 24 de janeiro

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira, 3, uma nova versão do programa Future-se, que ficará aberta para consulta pública até o dia 24 de janeiro. O programa pretende criar novas formas para captação de recursos para universidades, e flexibilizar regras para gestão de projetos de pesquisa científica e de inovação, por meio de contratos com fundações e organizações sociais, entre outros objetivos.

Entre as mudanças no texto original, o ministério propõe que participantes do programa terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Recursos adicionais do orçamento federal concedidos ao MEC também poderão ser concedidos prioritariamente às universidades participantes.

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se", diz o texto da proposta.

Conforme o Estado antecipou, em outubro, o projeto prevê que o MEC acompanhe a

"adequação dos gastos" de universidades que aderirem ao programa. Universidades e governo devem estabelecer um "contrato de resultado", com objetivos e indicadores de desempenho que ainda serão definidos pelo MEC.

Um dos artigos do projeto garante que os recursos obtidos por meio do Future-se serão adicionais, e não substituem valores reservados às universidades no Orçamento da União. Este detalhe não constava na primeira proposta apresentada, o que gerava receio entre reitores de universidades.

O texto também autoriza a criação de um fundo patrimonial do Future-se, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e empresas para projetos específicos. O texto também deixa aberta a possibilidade para que cada universidade crie seu próprio fundo de doações, conhecido como "endowment" em universidades americanas.

"O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups", diz o MEC, em nota publicada em seu site oficial.

O ministério ressaltou que novas mudanças podem vir a partir da consulta neste mês. O texto foi elaborado após mais de 20 mil contribuições na primeira consulta pública, publicada em agosto do ano passado. O MEC também teve reuniões com reitores de universidades federais, representados pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), para apresentar a proposta.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a questionar o formato da primeira consulta pública do Future-se na Justiça, e pediu que o processo fosse feito novamente. A primeira versão também foi rejeitada pela maior parte das universidades federais.

topo 

ULTIMO SEGUNDO - TEMPO REAL

**MEC vai dar bolsa Capes a universidades com bons resultados pelo Future-se
MEC publicou minuta do texto no Diário Oficial desta sexta; Documento ficará disponível para consulta pública**

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial nesta sexta-feira (3) a minuta do programa Future-se que será submetida à consulta pública. O texto prevê, entre outros pontos, que universidades que aderirem ao programa e alcançarem os resultados exigidos terão preferência na concessão de bolsas de estudo oferecidas pela **Capes**.

Diferentemente da versão anterior, onde havia a previsão de "benefícios especiais", o novo texto adota a nomenclatura "benefícios por resultados". Os indicadores de resultado serão estabelecidos pelo MEC após ouvir as universidades e institutos federais. Nesse ponto, o Future-se determina que as universidades que alcançarem resultados esperados receberão recursos orçamentários adicionais entre outros pontos:

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se."

O texto do projeto de lei que estabelece o Future-se ficará disponível para consulta pública até o dia 24 de janeiro. Depois disso, o MEC deve finalizar o documento e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Essa é a terceira versão do texto a vir a público. Trechos polêmicos do programa foram retirados após ampla repercussão negativa na comunidade acadêmica, foi o caso da cláusula que vinculava a adesão ao Future-se à redução de gasto com pessoal.

O novo texto do Future-se institui ainda a figura do "Comitê gestor", responsável por supervisionar o programa. O grupo será composto por representantes das universidades e institutos, do Ministério da Economia, do MEC, e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC abre nova consulta pública sobre o Future-se

O Ministério da Educação (MEC) abriu hoje (3) nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - o chamado Future-se, proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é "aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups."

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma "possibilidade de ouvir a população ? e especialistas em educação ? antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates."

CORREIO DO ESTADO - MS - BRASIL

Governo abre consulta pública sobre programa do MEC para universidades

A Casa Civil da Presidência da República pôs em consulta pública projeto de lei que institui o Future-se, programa do Ministério da Educação voltado para universidades e institutos empreendedores e inovadores. O despacho com a abertura da consulta está no Diário Oficial da União (DOU).

Os interessados no tema podem enviar sugestões até o dia 24 de janeiro à Casa Civil pelo correio eletrônico futurseconsulta@mec.gov.br ou pelo site <http://www.participa.br/future-se>.

Lançado em julho de 2019, o Future-se tem como objetivo, segundo o MEC, dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. O texto do projeto está disponível no Diário Oficial.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - ECONOMIA

Ensino à distância supera o presencial, e faculdades privadas adaptam negócios Aposta é na mescla de aulas on-line e presenciais, além da concessão de descontos com cursos mais baratos

EDUCAÇÃO

O número de calouros em cursos superiores à distância, o EaD, superou o de presenciais no Brasil em 2019. Foram mais de 1,4 milhão de alunos no EaD, 52% do total, segundo projeção da consultoria educacional Atmã Educar. Em 2013, essa parcela era de 22%. A expansão desse tipo de ensino tem mudado as estratégias de grandes universidades privadas.

A aposta é na mescla de aulas on-line e presenciais — o chamado modelo híbrido. Em paralelo, o avanço do EaD e dos sites de comparação de preços de cursos superiores aumentou os descontos nas mensalidades e a concorrência.

Por trás do crescimento no ensino à distância estão mudanças na economia brasileira, como a alta no desemprego após 2014, que reduziu a renda de universitários para custear a mensalidade do curso presencial, e o endurecimento das regras do Fies, programa do governo federal de financiamento estudantil para o ensino superior.

Além do dinheiro mais curto do Fies, o Ministério da Educação (MEC) ampliou o acesso ao EaD. Há dois anos, a simplificação das regras para abertura dos polos de ensino à distância dobrou o número dessas unidades — hoje são mais de 12 mil. Em dezembro de 2019, o ministério deu mais um impulso ao dobrar o limite de aulas on-line para 40% da grade de cursos presenciais, com algumas exceções.

“Em até três anos, a maioria dos universitários, em todas as fases da graduação, vai estar aprendendo via EaD”, diz o consultor Romário Davel, fundador da Atmã Educar..

As principais universidades privadas adotam estratégias diferentes para lidar com o

avanço do ensino à distância. Na Cogna, dona da Kroton, maior rede privada do país, a tendência deu margem a novos negócios. A Platos, um braço da empresa para tecnologias educacionais que até agora vinha atendendo apenas a unidades educacionais da Cogna, vai vender conteúdos de EaD a terceiros.

“Muitas universidades pequenas querem oferecer 40% dos conteúdos à distância, mas não têm tecnologia. Vamos atender à demanda”, diz Rodrigo Galindo, presidente da Cogna, que projeta alta de 30% na receita da Platos em 2020.

MODELO HÍBRIDO - O futuro é a mistura de aulas presenciais e on-line, o chamado modelo híbrido, diz Fábio Figueiredo, diretor de planejamento da Cruzeiro do Sul Educacional, faculdade paulistana com mais de 130 mil alunos, dos quais 70% no ensino à distância.

“O ensino presencial não vai desaparecer, porque não dá para tirar do aluno o convívio com colegas, mas uma parte das aulas pode ser on-line”, diz Figueiredo.

De 2017 para cá, a Cruzeiro do Sul multiplicou por dez o número de polos para as teleaulas (hoje são mais de mil, espalhados em 600 cidades), e tornou-se a quarta maior universidade privada do país em alunos.

Os cursos híbridos também são o foco na Laureate Brasil, sexta maior rede privada do país e dona de marcas como FMU e Anhembí Morumbi. Apesar disso, o diretor acadêmico da empresa, Filipe Ramos Barroso, vê com cautela a permissão do MEC para uma carga horária de até 40% on-line.

“Há vários movimentos pelo Brasil demonstrando resistência a essas mudanças. O assunto ainda vai gerar discussões”, diz ele.

Por via das dúvidas, a estratégia na Anima Educação, dona das marcas São Judas e Veiga de Almeida, é apostar na liberdade de escolha do aluno.

“Nossa plataforma on-line replica todos os cursos presenciais, e o estudante decide”, diz Cristovam Ferrara, diretor nacional de vendas da Anima, que é a décima maior universidade privada do país em participação de mercado.

Na Ser Educacional, oitava maior do país e líder nas regiões Norte e Nordeste, a expectativa é que o ensino à distância cresça para além dos cursos em que essa plataforma já é a preferida dos alunos, como Pedagogia e Administração.

“Mesmo na área da saúde, onde há uma forte carga horária presencial, é possível colocar carga teórica na internet”, diz Enzo Moreira, diretor de EaD da Ser.

Para além da maior adoção dos estudantes ao ensino à distância, as principais universidades privadas preveem uma expansão do EaD por causa da proliferação de sites para descontos de até 80% nas mensalidades. Hoje, há pelo menos dez deles em funcionamento no país. A expansão do Quero Bolsa, um dos principais, demonstra a força desses sites para a tomada de decisão do futuro universitário. A audiência anual do site gira em torno de 75 milhões de visitantes. Há cinco anos, esse número era de um milhão.

“A meta é chegar a cem milhões em 2020”, diz Pedro Balerine, diretor do Quero Bolsa.

A relevância dos comparadores de preço e a disputa acirrada das empresas por alunos vêm aumentando a presença de alunos bolsistas na rede privada. Atualmente, sete em dez estudantes pagam mensalidades com desconto. Em 2016, só metade tinha o benefício. Nos últimos cinco anos, dobrou a renúncia de receitas por causa das bolsas — hoje, em média, as universidades deixam de ganhar 35% do que poderiam diante dos alunos que têm. Nesse cenário de concorrência acirradíssima, os cursos de EaD, mais baratos que os presenciais, devem ganhar ainda mais espaço, diz Davel, da Atmã Educar.

Na visão da ABMES, associação das mantenedoras de ensino superior privado, a concorrência aberta pelo avanço do EaD é uma realidade não só no Brasil como no mundo inteiro.

“Sem o auxílio dessas ferramentas digitais, milhares de pessoas não conseguiriam realizar o sonho de ingressar no ensino superior, ou mesmo de fazer uma nova graduação”, diz Celso Niskier, presidente da ABMES.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - POLÍTICA

STF suspende regras que davam autonomia à UERR

O presidente do STF, Dias Toffoli, deferiu o pedido do Governo suspendendo o repasse do duodécimo à instituição de ensino

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, decidiu suspender as regras que davam autonomia financeira e orçamentária à Universidade Estadual de Roraima (Uerr).

O ministro deferiu o pedido de liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6282 ajuizada pelo governador Antonio Denarium (sem partido), que pedia a suspensão da eficácia da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para 2020.

Em sua decisão, o ministro explicou que os pontos questionados da LDO têm como fundamento de validade a Emenda Constitucional estadual 60/2018, suspensa por medida cautelar deferida pelo ministro Gilmar Mendes na ADI 5946.

A emenda, entre outros pontos, conferia autonomia financeira e orçamentária à Uerr e obrigava o Poder Executivo a repassar-lhe parcelas de duodécimos da lei orçamentária até o dia 20 de cada mês.

Na época, ao pedir medida liminar para a suspensão imediata da eficácia da lei, o governador afirmou que o Estado se encontrava em grave crise financeira, com déficit de R\$ 4,6 bilhões, e que a obrigação do repasse dos duodécimos à Uerr “trazia risco ao caixa da administração estadual e à continuidade das políticas públicas essenciais”.

DECISÃO – Toffoli verificou que as regras apresentam os mesmos vícios detectados pelo ministro Gilmar Mendes ao analisar a emenda constitucional.

O presidente do STF citou trecho daquela decisão no qual se destacou que a autonomia das universidades públicas em matéria financeira e patrimonial é de gestão e que seu

regime jurídico não é o mesmo dos Poderes da República ou de instituições às quais a Constituição atribui autonomia financeira em sentido amplo.

Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes observou que a emenda constitucional aparentemente viola o previsto no artigo 2º da Constituição Federal, ao subtrair poderes do chefe do Poder Executivo e conferir à universidade estadual, fundação pública, as autonomias reservadas aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

O presidente do STF também entendeu configurado o perigo da demora, outro requisito para a concessão da liminar, em razão da iminência do início do exercício financeiro de 2020, quando a Lei estadual 1.327/2019 produzirá efeitos. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

OUTRO LADO – A Folha entrou em contato com a Assessoria de Comunicação do Governo do Estado e da Universidade Estadual de Roraima para saber o impacto da decisão do STF. Em nota, a Seplan (Secretaria de Planejamento) informou que em setembro de 2019, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu as disposições da Constituição do Estado que conferia autonomia orçamentária e financeira para UERR e a equiparava aos Poderes do Estado. Com isso, o último repasse do duodécimo para a UERR foi pago dia 20 de agosto.

“Com a decisão, a partir de 2020 os recursos para a instituição serão repassados conforme a disponibilidade financeira do Estado, semelhante às demais secretarias e entidades da Administração Indireta, até o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual”.

topo ↕

O DIA - PI - POLÍTICA

Estado tem capacidade para tratar mais que o dobro destes resíduos, aponta Abrelpe

No período entre janeiro e novembro de 2019 o Centro de Referência Esperança Garcia (CREG), acompanhou 384 mulheres que sofreram algum tipo de violência na cidade de Teresina. Segundo levantamento realizado pela SMPM, juntamente com o CREG, dessas 384 mulheres 125 foram inseridas no serviço no ano de 2019 e 259 já realizam acompanhamento na unidade. Através do atendimento especializado e trabalho de conscientização, somente nesse ano 15 dessas mulheres conseguiram romper o ciclo de violência.

Doutorado na Uespi

A Uespi tem sofrido com o orçamento enxuto, mesmo assim é um celeiro de boas notícias. A **Capes** aprovou, recentemente, o Doutorado do Programa Profissional de Pós-Graduação em Biotecnologia em Saúde Humana e Animal (PPGBiotec). O doutorado foi aprovado em parceria com a Coordenação Geral da Universidade Estadual do Ceará em Associação com o Centro Universitário CESMAC, e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Apesar de ter coletado cerca de 2,1 toneladas de resíduos de serviços de saúde (RSS) em 2018, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) assegura que o Piauí possui capacidade instalada para tratar mais que o dobro

disso. Isso porque o levantamento feito pelo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil revela que, ao total, o estado possui uma contingência para 4,7 toneladas, sendo as autoclaves, um tipo de aparelho muito utilizado em laboratórios e hospitais para a esterilização de materiais, a categoria com maior capacidade, pouco mais de 3,2 toneladas.

O estudo ainda aponta que, em 2018, 4.540 municípios em todo o país prestaram serviços de coleta, tratamento e disposição final de aproximadamente 253 mil toneladas de RSS, o equivalente a 1,2 quilo por habitante ao ano. Apesar disso, a estimativa é que o Brasil tenha capacidade para tratar quase o dobro desse volume.

(Breno Cavalcante e João Magalhães)

topo ↕

O TEMPO - MG - APARTE

Em apenas um ano, Brasil reduziu investimento em educação em 12%

Em apenas um ano, o Brasil reduziu o investimento federal na educação em 12%, passando de R\$ 122 bilhões, em 2018, para R\$ 107 bilhões, em 2019. O levantamento foi feito pelo Aparte no Portal da Transparência, com base nos orçamentos efetivamente realizados de janeiro a novembro de 2018 e no mesmo período de 2019.

Os valores foram corrigidos utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A análise identificou que caíram os gastos do Ministério da Educação (MEC) nos ensinos superior e profissional, na educação básica e no desenvolvimento científico. A maior redução foi na educação básica. O investimento saiu de R\$ 3,6 bilhões em 2018, na gestão do então presidente Michel Temer (MDB), para R\$ 2,4 bilhões no ano passado, no primeiro ano de Jair Bolsonaro (sem partido) à frente do Executivo nacional.

A diferença é de 32%. O desenvolvimento científico foi a segunda área que mais sofreu com os cortes, com dispêndio 31% menor – o montante destinado passou de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 1,7 bilhão. Áreas com verbas mais vultosas, o ensino superior e o ensino profissional tiveram redução de R\$ 4,3 bilhões, somando as cifras.

O investimento no ensino superior – que chegou a ter parte da verba contingenciada ao longo do ano e anúncios de cortes em 30% pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub – ficou 11% menor em 2018, quando foram destinados R\$ 29,8 bilhões. No ano passado, o montante efetivamente gasto foi de R\$ 26,6 bilhões. Já o ensino profissional, que celebrou 110 anos de atuação no Brasil em 2019, teve aporte financeiro 10% menor, com R\$ 9,3 bilhões aplicados.

Além da redução nos investimentos, o MEC foi uma das pastas que mais passaram por turbulências neste primeiro ano da gestão Jair Bolsonaro. Ricardo Vélez foi substituído por Abraham Weintraub antes de completar cem dias à frente do ministério; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está em seu segundo presidente; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em seu terceiro; e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** deixou o cargo em dezembro para assumir como novo reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

O MEC também teve baixas de pessoal na alfabetização, e a principal assessora do

ministro se desligou subitamente, dias antes de ele sair de férias. A própria permanência de Weintraub na pasta em 2020 é vista com incerteza por aliados e integrantes do governo. Bolsonaro negou diversas vezes que planeje promover alterações no comando do MEC, tendo dito, inclusive, que Weintraub faz “excelente trabalho”. Em nota, o Ministério da Economia, responsável pela distribuição de investimentos, diz não reconhecer a situação apresentada pela reportagem e salientou que há disponibilidade orçamentária para o cumprimento do mínimo constitucional em educação, com folga de aproximadamente 30% em relação ao definido. (Thiago Alves)

topo ↕

BBC BRASIL - TEMPO REAL

Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil

Image caption Relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados concluiu que o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado

Desde o dinheiro que financia a maior parte da educação básica pública e mudanças na formação de professores, até o modelo de funcionamento das universidades federais e a própria permanência do ministro da Educação no cargo. Esses são alguns dos temas que devem dominar os debates educacionais do Brasil em 2020, depois de um ano turbulento em um dos ministérios mais importantes do país.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação (MEC) em abril, com o objetivo de "acalmar os ânimos" depois das polêmicas envolvendo seu antecessor, Ricardo Vélez. As polêmicas, porém, estavam longe de terminar: primeiro, o MEC teve um contingenciamento de verbas de cerca de R\$ 6 bilhões (segundo o ministério, esse dinheiro já foi liberado), à espera da reforma da Previdência e por causa do que o ministro chamou de "situação dramática do país do ponto de vista fiscal".

Quem primeiro sentiu os efeitos foram as universidades federais, que tiveram recursos congelados e foram alvo de acusações, por parte de Weintraub — sem que tenham sido oferecidas provas concretas —, de "balbúrdia" e de terem "plantações de maconha" e "laboratórios de drogas".

O ensino superior foi afetado também pelo congelamento do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Segundo a **Capes**, o orçamento da instituição já foi restaurado.

Na educação básica, o panorama tampouco foi alentador. Um relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados, tornado público em novembro pelo jornal Estado de S.Paulo, concluiu que "o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado", sem que haja "priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

O MEC se disse "aberto ao diálogo" e afirmou que áreas técnicas estão analisando o relatório para avaliar possíveis contribuições a ele. Sobre as opiniões de especialistas citadas na reportagem abaixo, o ministério afirmou que não se manifestaria.

Essas discussões provavelmente vão se estender ao longo de 2020, ao lado de questões decisivas para a educação brasileira no ano que vem. Veja a seguir algumas delas:

Fundeb, o fundo bilionário da educação que vai expirar

A maior parte (cerca de 60%) dos gastos na educação pública brasileira vem do Fundeb, um fundo bilionário de dinheiro público que entrou em vigor em 2007, mas que, por lei, expira em 31 de dezembro de 2020. Ou seja, obrigatoriamente até o final do ano que vem, governo e Congresso têm de aprovar o que vai acontecer com o Fundeb — caso contrário haverá uma desordem total no pagamento de salários de professores, manutenção e construção de escolas etc.

"Sem o Fundeb seria o caos absoluto, porque a maior parte dos municípios depende do fundo para garantir a folha de pagamento", explica à BBC News Brasil Binho Marques, que foi secretário de Educação e governador do Acre pelo PT e hoje é gestor de políticas públicas.

É que estamos falando de muito dinheiro: em 2018, o Fundeb contou com R\$ 150 bilhões, sendo 90% deles pagos por Estados e municípios (via impostos como ICMS) e 10% pagos pelo governo federal.

A discussão sobre o Fundeb se estendeu por boa parte de 2019 no Congresso, mas sem um consenso. Um relatório preliminar apresentado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na Câmara, prevê que o dinheiro injetado pelo governo federal aumente desses atuais 10% para 15% a partir de 2021 e, gradativamente, chegue até 40%, desafogando assim Estados e municípios.

O governo federal, por enquanto, tem se recusado a aumentar sua contribuição para além de 15%, afirmando que chegar a 40% teria um impacto de R\$ 279,8 bilhões em seu orçamento até 2031. O MEC afirmou em dezembro que terá uma proposta própria para um novo Fundeb, que "leva em consideração a responsabilidade fiscal com as contas públicas ao mesmo tempo que garante um piso, tecnicamente recomendável, para garantir a boa educação de uma criança".

"Municípios e Estados precisam de mais recursos para fazer as escolas funcionarem e pagar salários", queixa-se à BBC News Brasil Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que defende que o governo federal chegue ao patamar de 40%. Ele argumenta que, diante dos recentes cortes orçamentários em outras áreas do MEC, é possível que, ficando apenas no patamar de 15%, os aportes do governo federal acabem, na ponta do lápis, menores do que eram antes.

Diante do impasse, e considerando que o Congresso funcionará em ritmo reduzido no segundo semestre do ano que vem (por causa das eleições municipais), Cara prevê que é possível que o Fundeb acabe sendo prorrogado, em seu modelo atual, em vez de alterado. "Não é a pior alternativa — pior é não ter Fundeb", diz.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais da organização Todos Pela Educação, embora a discussão em torno do financiamento esteja travada, foi possível encontrar convergência no Congresso em outros pontos relacionados ao Fundeb, por exemplo, melhorando a distribuição de dinheiro não apenas para os Estados mais pobres, mas também para municípios mais pobres dentro de Estados mais ricos. Mudanças na formação de professores

Melhorar a formação de professores é considerado crucial no Brasil, mas existe um grande debate sobre como colocar isso em prática.

O MEC acaba de homologar, em 20 de dezembro, uma resolução redigida por um órgão independente (embora associado ao ministério), o Conselho Nacional de Educação, com novas diretrizes para a formação de professores.

Essa resolução amplia a duração dos cursos de licenciatura (de 3 para 4 anos), obriga que ao menos 25% do curso seja presencial e dá mais ênfase na prática do dia a dia do ensino, e menos na teoria.

"A resolução induz os cursos (de Pedagogia e licenciaturas) a estarem mais voltados à prática em salas de aula e com estágios desde o primeiro ano, em linha com o que fazem os países com melhores resultados na educação", opina Nogueira, do Todos Pela Educação.

Embora não haja um calendário claro de quando essas mudanças começarão a entrar em prática, a resolução diz quais competências são esperadas nos cursos de Pedagogia, o que deve levar a mudanças no Enade (exame que avalia os alunos de cursos de graduação) — isso, por consequência, induzirá mudanças nos currículos de Pedagogia das universidades, diz Nogueira.

Não há, no entanto, consenso em torno das ideias por trás da resolução, particularmente quanto a reduzir a teoria pedagógica.

"O professor sem teoria pedagógica é o mesmo que um engenheiro que não domina a matemática", opina Daniel Cara. "Falar que o ensino é distante da prática é não conhecer a realidade do ensino superior privado brasileiro, onde só tem prática. (O problema é que) os alunos chegam com um déficit enorme da educação básica, sem serem capazes de formular um argumento, sem saber as operações matemáticas. Como ele vai dar aula assim?"

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV Rio, "não é que a teoria não faça sentido, mas é preciso ter um diálogo maior entre teoria e prática" do que é feito hoje nas escolas. Embora considere a resolução positiva, ela vê como desafio principal colocar o novo currículo de professores em prática.

Ensino superior: Mudanças no EAD e no financiamento das federais

Em dezembro, o MEC publicou uma portaria permitindo que até 40% da carga horária de cursos superiores seja feita à distância (o chamado EAD, de "educação à distância"), à exceção de Medicina.

Antes, esse percentual era limitado a 20%, sendo ampliado a 40% apenas em alguns casos específicos. A portaria, segundo a agência Reuters, levou no mesmo dia a um aumento do valor, em bolsa, das ações dos grandes grupos de educação privada, que concentram a maior parte do ensino superior do país.

O modelo EAD é mais econômico para alunos e universidades, mas é visto com

ceticismo por muitos especialistas em educação.

"Não é um problema o ensino adulto ter parte de seu currículo em EAD, (...) mas o aprendizado (humano) é muito vivencial — precisamos de um ambiente de aprendizagem e não temos ainda tecnologias adequadas que substituam com qualidade a mediação" feita pelo professor e pelo ambiente de sala de aula, opina Claudia Costin.

Enquanto isso, no ensino público, existe preocupação quanto à saúde financeira das universidades federais, que, segundo o MEC, já tiveram suas verbas liberadas, mas agora estão diante de outro polêmico projeto do governo: o Future-se.

O projeto foi apresentado pelo MEC como uma forma de "dar maior autonomia financeira a universidades e institutos (federais) por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo", de forma a complementar os orçamentos dessas instituições.

No entanto, desde o lançamento do projeto, em julho, surgiram críticas de reitores e especialistas quanto a se o Future-se não pode, na verdade, diminuir a autonomia das universidades, que passariam a depender mais do capital privado do que do público.

Por enquanto, porém, isso está no plano dos debates: ainda não se sabe se o Future-se vai vigorar, nem em que formato.

Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, a ideia é enviá-lo como projeto de lei para tramitação no Congresso em 2020. O objetivo, diz ele ao site do MEC, é "reduzir as iniquidades que existem hoje no planejamento orçamentário" entre as universidades do país.

"A ideia é que, com o Future-se, a gente tenha receitas adicionais de caráter privado. Aproximando as instituições federais de ensino superior ao setor produtivo que garante o aumento das nossas taxas de sucesso, de concluintes e, ao mesmo tempo também aumenta a empregabilidade dos nossos alunos."

Segundo o MEC, em 2020 começarão a funcionar 54 escolas cívico-militares em 23 Estados e no Distrito Federal, em um projeto-piloto em parceria com o Ministério da Defesa.

"Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que acreditamos que vai ter um amplo sucesso no Brasil", afirmou em novembro o ministro Abraham Weintraub, prometendo orçamento de R\$ 1 milhão para cada escola. O plano é implementar 216 instituições do tipo até 2023.

É prevista a atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Existem, também, iniciativas estaduais: a Bahia, por exemplo, tem atualmente, segundo levantamento da Folha de S. Paulo, 83 escolas militarizadas, em parceria de prefeituras com a PM sob o governador Rui Costa (PT).

É um modelo bastante questionado por especialistas, desde sua viabilidade em âmbito

nacional até sua essência.

"Entendo a motivação por trás das escolas cívico-militares (de promover a disciplina nas escolas), mas se essa disciplina robotizar os alunos, eles não aprenderão as competências para, no futuro, não serem substituídos por máquinas no mercado de trabalho", afirma Claudia Costin. "No curto prazo, ela pode melhorar as notas dos alunos, mas não os prepara para o mundo. É pelo protagonismo juvenil que se consegue disciplina."

"É um programa bastante tímido do ponto de vista de escala" para um país do tamanho do Brasil, afirma Nogueira, do Todos Pela Educação. "Ainda bem, na verdade, porque é uma solução equivocada em política pública de larga escala. Pese ao desafio de segurança nas escolas, o modelo proposto vai contra ao que sistemas de excelência (no mundo) preveem."

Outro perigo, opina Binho Marques, é que essas escolas acabem recebendo um aporte desproporcional de recursos do MEC, deixando menos para as demais. Se isso ocorrer, "será muito dinheiro gasto com poucos, o que aumenta a desigualdade", diz.

Nogueira e Costin afirmam que o Brasil já tem modelos melhores de educação no ensino médio, como o de educação integral implementado em Pernambuco e hoje em expansão para outros Estados, que prevê ensino com projetos e disciplinas eletivas e conexão entre os sonhos de vida dos alunos e o conteúdo ensinado na escola.

"É uma solução mais passível de escala e que consegue oferecer um ambiente melhorado, com disciplina, mas seguindo a lógica de dar boas condições de trabalho (a alunos e professores) e um bom esforço pedagógico", diz Nogueira.

Permanência do ministro em discussão

Abraham Weintraub tem sido apontado por colunistas de política como um dos ministros que poderiam ser trocados por Jair Bolsonaro — algo que o presidente tem negado publicamente.

"No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. Tem certos jornalistas criticando (mas) está tudo bem", disse, segundo o Estado de S. Paulo, em 18 de dezembro.

Especialistas em educação, no entanto, são críticos tanto ao estilo combativo do ministro, quanto à própria gestão no MEC.

Para Olavo Nogueira, do Todos Pela Educação, a educação brasileira não está parada, mas isso tem ocorrido "a despeito do MEC, que está ausente da produção de políticas efetivas. Foi lançada pelo governo uma Política Nacional de Alfabetização, mas na melhor das hipóteses temos um documento reunindo evidências, que não dá para chamar de política efetiva. Não está claro como ela como chegará nos alunos, quais são suas metas, plano de ação ou orçamento".

"Mantido o atual ministro, o foco será o uso do MEC para a promoção da plataforma político-ideológica do governo Bolsonaro, e isso é muito ruim", opina Nogueira.

Daniel Cara, porém, avalia que Weintraub tem se fortalecido como um nome próximo ao clã Bolsonaro em São Paulo, região onde o presidente perdeu importantes aliados quando rompeu com seu antigo partido, o PSL.

"O que me angustia é que o debate está muito dedicado a criticar o ministro, e não ao governo como um todo, quando na verdade o ministro cumpre com uma agenda de governo e é fiel a ela", opina.

Binho Marques diz que outra preocupação do setor é com a possibilidade de que se acabe com o patamar mínimo que Estados e municípios têm que investir em educação e saúde — segundo a Folha de S. Paulo noticiou em outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda medida do tipo, que desobrigaria governos a investir nessas áreas.

"Foi um ano de grande retrocesso para a educação", opina Marques, citando também o fim (ainda na gestão Vélez) da secretaria do MEC responsável por promover inclusão e igualdade na educação.

Weintraub, por sua vez, tem dito que o MEC sob Bolsonaro promove "gestão, eficiência e respeito ao pagador de impostos".

topo ↕

FAX AJU - NOTÍCIAS RÁPIDAS

PROGRAMA OFERECE CURSO INTENSIVO NOS ESTADOS UNIDOS PARA PROFESSORES

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, por meio do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI), está oferecendo até 486 bolsas para curso intensivo de seis semanas em uma universidade nos Estados Unidos. A duração do curso ocorrerá entre os meses de junho e agosto de 2020.

As inscrições estão abertas até o dia 14 de fevereiro e deverão ser efetuadas no site <https://fulbright.org.br/edital/pdpi-professores-de-inlges/>. Os professores candidatos podem escolher uma das três modalidades ofertadas: Desenvolvimento de metodologias, Aprimoramento em inglês – Intermediário I e Aprimoramento em inglês – Intermediário II.

Para concorrer a uma das vagas é necessário possuir nacionalidade brasileira. No caso de estrangeiro, ser residente no Brasil com visto permanente; ser professor concursado, com estágio probatório concluído e estar ministrando, no ato da inscrição e até a implementação da bolsa, aula de língua inglesa na rede pública estadual, municipal ou distrital de educação básica; entre outros requisitos apresentados em edital a ser conferido no site.

Os cursos tem por finalidade promover o desenvolvimento profissional de professores de língua inglesa por meio do fortalecimento do domínio das quatro habilidades linguísticas – compreender, falar, ler e escrever em inglês; da imersão no cotidiano de um país de língua inglesa, ampliando sua capacidade de contextualização histórica e cultural no ensino do idioma; e do compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação que estimulem o aperfeiçoamento do processo ensino/aprendizagem.

topo ↕

JORNAL REGIONAL - NOTÍCIAS

Por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil

Desde o dinheiro que financia a maior parte da educação básica pública e mudanças na formação de professores, até o modelo de funcionamento das universidades federais e a própria permanência do ministro da Educação no cargo. Esses são alguns dos temas que devem dominar os debates educacionais do Brasil em 2020, depois de um ano turbulento em um dos ministérios mais importantes do país.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação (MEC) em abril, com o objetivo de "acalmar os ânimos" depois das polêmicas envolvendo seu antecessor, Ricardo Vélez. As polêmicas, porém, estavam longe de terminar: primeiro, o MEC teve um contingenciamento de verbas de cerca de R\$ 6 bilhões (segundo o ministério, esse dinheiro já foi liberado), à espera da reforma da Previdência e por causa do que o ministro chamou de "situação dramática do país do ponto de vista fiscal".

Quem primeiro sentiu os efeitos foram as universidades federais, que tiveram recursos congelados e foram alvo de acusações, por parte de Weintraub — sem que tenham sido oferecidas provas concretas —, de "balbúrdia" e de terem "plantações de maconha" e "laboratórios de drogas".

O ensino superior foi afetado também pelo congelamento do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Segundo a **Capes**, o orçamento da instituição já foi restaurado.

Na educação básica, o panorama tampouco foi alentador. Um relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados, tornado público em novembro pelo jornal Estado de S.Paulo, concluiu que "o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado", sem que haja "priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

O MEC se disse "aberto ao diálogo" e afirmou que áreas técnicas estão analisando o relatório para avaliar possíveis contribuições a ele. Sobre as opiniões de especialistas citadas na reportagem abaixo, o ministério afirmou que não se manifestaria.

Essas discussões provavelmente vão se estender ao longo de 2020, ao lado de questões decisivas para a educação brasileira no ano que vem. Veja a seguir algumas delas:

Fundeb, o fundo bilionário da educação que vai expirar

A maior parte (cerca de 60%) dos gastos na educação pública brasileira vem do Fundeb, um fundo bilionário de dinheiro público que entrou em vigor em 2007, mas que, por lei, expira em 31 de dezembro de 2020. Ou seja, obrigatoriamente até o final do ano que vem, governo e Congresso têm de aprovar o que vai acontecer com o Fundeb — caso contrário haverá uma desordem total no pagamento de salários de professores, manutenção e construção de escolas etc.

"Sem o Fundeb seria o caos absoluto, porque a maior parte dos municípios depende do fundo para garantir a folha de pagamento", explica à BBC News Brasil Binho Marques,

que foi secretário de Educação e governador do Acre pelo PT e hoje é gestor de políticas públicas.

É que estamos falando de muito dinheiro: em 2018, o Fundeb contou com R\$ 150 bilhões, sendo 90% deles pagos por Estados e municípios (via impostos como ICMS) e 10% pagos pelo governo federal.

A discussão sobre o Fundeb se estendeu por boa parte de 2019 no Congresso, mas sem um consenso. Um relatório preliminar apresentado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na Câmara, prevê que o dinheiro injetado pelo governo federal aumente desses atuais 10% para 15% a partir de 2021 e, gradativamente, chegue até 40%, desafiando assim Estados e municípios.

O governo federal, por enquanto, tem se recusado a aumentar sua contribuição para além de 15%, afirmando que chegar a 40% teria um impacto de R\$ 279,8 bilhões em seu orçamento até 2031. O MEC afirmou em dezembro que terá uma proposta própria para um novo Fundeb, que "leva em consideração a responsabilidade fiscal com as contas públicas ao mesmo tempo que garante um piso, tecnicamente recomendável, para garantir a boa educação de uma criança".

"Municípios e Estados precisam de mais recursos para fazer as escolas funcionarem e pagar salários", queixa-se à BBC News Brasil Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que defende que o governo federal chegue ao patamar de 40%. Ele argumenta que, diante dos recentes cortes orçamentários em outras áreas do MEC, é possível que, ficando apenas no patamar de 15%, os aportes do governo federal acabem, na ponta do lápis, menores do que eram antes.

Diante do impasse, e considerando que o Congresso funcionará em ritmo reduzido no segundo semestre do ano que vem (por causa das eleições municipais), Cara prevê que é possível que o Fundeb acabe sendo prorrogado, em seu modelo atual, em vez de alterado. "Não é a pior alternativa — pior é não ter Fundeb", diz.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais da organização Todos Pela Educação, embora a discussão em torno do financiamento esteja travada, foi possível encontrar convergência no Congresso em outros pontos relacionados ao Fundeb, por exemplo, melhorando a distribuição de dinheiro não apenas para os Estados mais pobres, mas também para municípios mais pobres dentro de Estados mais ricos.

Mudanças na formação de professores

Melhorar a formação de professores é considerado crucial no Brasil, mas existe um grande debate sobre como colocar isso em prática.

O MEC acaba de homologar, em 20 de dezembro, uma resolução redigida por um órgão independente (embora associado ao ministério), o Conselho Nacional de Educação, com novas diretrizes para a formação de professores.

Essa resolução amplia a duração dos cursos de licenciatura (de 3 para 4 anos), obriga que ao menos 25% do curso seja presencial e dá mais ênfase na prática do dia a dia do ensino, e menos na teoria.

"A resolução induz os cursos (de Pedagogia e licenciaturas) a estarem mais voltados à prática em salas de aula e com estágios desde o primeiro ano, em linha com o que fazem os países com melhores resultados na educação", opina Nogueira, do Todos Pela Educação.

Embora não haja um calendário claro de quando essas mudanças começarão a entrar em prática, a resolução diz quais competências são esperadas nos cursos de Pedagogia, o que deve levar a mudanças no Enade (exame que avalia os alunos de cursos de graduação) — isso, por consequência, induzirá mudanças nos currículos de Pedagogia das universidades, diz Nogueira.

Não há, no entanto, consenso em torno das ideias por trás da resolução, particularmente quanto a reduzir a teoria pedagógica.

"O professor sem teoria pedagógica é o mesmo que um engenheiro que não domina a matemática", opina Daniel Cara. "Falar que o ensino é distante da prática é não conhecer a realidade do ensino superior privado brasileiro, onde só tem prática. (O problema é que) os alunos chegam com um déficit enorme da educação básica, sem serem capazes de formular um argumento, sem saber as operações matemáticas. Como ele vai dar aula assim?"

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV Rio, "não é que a teoria não faça sentido, mas é preciso ter um diálogo maior entre teoria e prática" do que é feito hoje nas escolas. Embora considere a resolução positiva, ela vê como desafio principal colocar o novo currículo de professores em prática.

Ensino superior: Mudanças no EAD e no financiamento das federais

Em dezembro, o MEC publicou uma portaria permitindo que até 40% da carga horária de cursos superiores seja feita à distância (o chamado EAD, de "educação à distância"), à exceção de Medicina.

Antes, esse percentual era limitado a 20%, sendo ampliado a 40% apenas em alguns casos específicos. A portaria, segundo a agência Reuters, levou no mesmo dia a um aumento do valor, em bolsa, das ações dos grandes grupos de educação privada, que concentram a maior parte do ensino superior do país.

O modelo EAD é mais econômico para alunos e universidades, mas é visto com ceticismo por muitos especialistas em educação.

"Não é um problema o ensino adulto ter parte de seu currículo em EAD, (...) mas o aprendizado (humano) é muito vivencial — precisamos de um ambiente de aprendizagem e não temos ainda tecnologias adequadas que substituam com qualidade a mediação" feita pelo professor e pelo ambiente de sala de aula, opina Claudia Costin.

Enquanto isso, no ensino público, existe preocupação quanto à saúde financeira das universidades federais, que, segundo o MEC, já tiveram suas verbas liberadas, mas agora estão diante de outro polêmico projeto do governo: o Future-se.

O projeto foi apresentado pelo MEC como uma forma de "dar maior autonomia financeira a universidades e institutos (federais) por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo", de forma a complementar os orçamentos dessas instituições.

No entanto, desde o lançamento do projeto, em julho, surgiram críticas de reitores e especialistas quanto a se o Future-se não pode, na verdade, diminuir a autonomia das universidades, que passariam a depender mais do capital privado do que do público.

Por enquanto, porém, isso está no plano dos debates: ainda não se sabe se o Future-se vai vigorar, nem em que formato.

Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, a ideia é enviá-lo como projeto de lei para tramitação no Congresso em 2020. O objetivo, diz ele ao site do MEC, é "reduzir as iniquidades que existem hoje no planejamento orçamentário" entre as universidades do país.

"A ideia é que, com o Future-se, a gente tenha receitas adicionais de caráter privado. Aproximando as instituições federais de ensino superior ao setor produtivo que garante o aumento das nossas taxas de sucesso, de concluintes e, ao mesmo tempo também aumenta a empregabilidade dos nossos alunos."

Escolas cívico-militares

Segundo o MEC, em 2020 começarão a funcionar 54 escolas cívico-militares em 23 Estados e no Distrito Federal, em um projeto-piloto em parceria com o Ministério da Defesa.

"Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que acreditamos que vai ter um amplo sucesso no Brasil", afirmou em novembro o ministro Abraham Weintraub, prometendo orçamento de R\$ 1 milhão para cada escola. O plano é implementar 216 instituições do tipo até 2023.

É prevista a atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Existem, também, iniciativas estaduais: a Bahia, por exemplo, tem atualmente, segundo levantamento da Folha de S. Paulo, 83 escolas militarizadas, em parceria de prefeituras com a PM sob o governador Rui Costa (PT).

É um modelo bastante questionado por especialistas, desde sua viabilidade em âmbito nacional até sua essência.

"Entendo a motivação por trás das escolas cívico-militares (de promover a disciplina nas escolas), mas se essa disciplina robotizar os alunos, eles não aprenderão as competências para, no futuro, não serem substituídos por máquinas no mercado de trabalho", afirma Claudia Costin. "No curto prazo, ela pode melhorar as notas dos alunos, mas não os prepara para o mundo. É pelo protagonismo juvenil que se consegue disciplina."

"É um programa bastante tímido do ponto de vista de escala" para um país do tamanho do Brasil, afirma Nogueira, do Todos Pela Educação. "Ainda bem, na verdade, porque é uma solução equivocada em política pública de larga escala. Pese ao desafio de segurança nas escolas, o modelo proposto vai contra ao que sistemas de excelência (no mundo) preveem."

Outro perigo, opina Binho Marques, é que essas escolas acabem recebendo um aporte desproporcional de recursos do MEC, deixando menos para as demais. Se isso ocorrer, "será muito dinheiro gasto com poucos, o que aumenta a desigualdade", diz.

Nogueira e Costin afirmam que o Brasil já tem modelos melhores de educação no ensino médio, como o de educação integral implementado em Pernambuco e hoje em expansão para outros Estados, que prevê ensino com projetos e disciplinas eletivas e conexão entre os sonhos de vida dos alunos e o conteúdo ensinado na escola.

"É uma solução mais passível de escala e que consegue oferecer um ambiente melhorado, com disciplina, mas seguindo a lógica de dar boas condições de trabalho (a alunos e professores) e um bom esforço pedagógico", diz Nogueira.

Permanência do ministro em discussão

Abraham Weintraub tem sido apontado por colunistas de política como um dos ministros que poderiam ser trocados por Jair Bolsonaro — algo que o presidente tem negado publicamente.

"No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. Tem certos jornalistas criticando (mas) está tudo bem", disse, segundo o Estado de S. Paulo, em 18 de dezembro.

Especialistas em educação, no entanto, são críticos tanto ao estilo combativo do ministro, quanto à própria gestão no MEC.

Para Olavo Nogueira, do Todos Pela Educação, a educação brasileira não está parada, mas isso tem ocorrido "a despeito do MEC, que está ausente da produção de políticas efetivas. Foi lançada pelo governo uma Política Nacional de Alfabetização, mas na melhor das hipóteses temos um documento reunindo evidências, que não dá para chamar de política efetiva. Não está claro como ela como chegará nos alunos, quais são suas metas, plano de ação ou orçamento".

"Mantido o atual ministro, o foco será o uso do MEC para a promoção da plataforma político-ideológica do governo Bolsonaro, e isso é muito ruim", opina Nogueira.

Daniel Cara, porém, avalia que Weintraub tem se fortalecido como um nome próximo ao clã Bolsonaro em São Paulo, região onde o presidente perdeu importantes aliados quando rompeu com seu antigo partido, o PSL.

"O que me angustia é que o debate está muito dedicado a criticar o ministro, e não ao governo como um todo, quando na verdade o ministro cumpre com uma agenda de governo e é fiel a ela", opina.

Binho Marques diz que outra preocupação do setor é com a possibilidade de que se acabe com o patamar mínimo que Estados e municípios têm que investir em educação e saúde — segundo a Folha de S. Paulo noticiou em outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda medida do tipo, que desobrigaria governos a investir nessas áreas.

"Foi um ano de grande retrocesso para a educação", opina Marques, citando também o fim (ainda na gestão Vélez) da secretaria do MEC responsável por promover inclusão e igualdade na educação.

Weintraub, por sua vez, tem dito que o MEC sob Bolsonaro promove "gestão, eficiência e respeito ao pagador de impostos".

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Future-se entra em consulta pública

Período para envio de sugestões ao Programa vai de 3 a 24 de janeiro

Demonstrando a abertura de diálogo do Ministério da Educação (MEC), o Future-se entra em consulta pública, a partir desta sexta-feira, 3 de janeiro. Essa é mais uma possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.

A participação pode ser feita por meio de envio de e-mail para o endereço futureseconsulta@mec.gov.br ou pelo site <http://www.participa.br/profile/future-se/>. O lançamento da consulta foi publicado na edição desta sexta-feira, 3 de janeiro, do Diário Oficial da União (DOU).

O programa tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.

O conteúdo do anteprojeto de lei, em construção, é resultado de discussões com a sociedade, com outros ministérios, reitores, associações, comunidade acadêmica, entidades do setor educacional, dentre outros. Destaca-se, também, a instituição de Grupo de Especialistas Jurídicos, composto por membros da Advocacia Geral da União (AGU), com o objetivo de discutir e consolidar as propostas apresentadas por meio da pré-consulta aberta à comunidade e apoiar o Ministério da Educação no processo de elaboração da minuta de proposição legislativa do programa.

A consulta pública é importante para dar o máximo de transparência ao processo e reunir mais sugestões de aprimoramento à proposta. Com a reformulação no texto da minuta de PL, o programa, de caráter facultativo, passa a ter os seguintes eixos:

1. Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação
2. Empreendedorismo
3. Internacionalização

Outro ponto de destaque no novo texto é que, prioritariamente, as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** serão concedidas para os participantes do Future-se.

Para participar, a instituição deverá firmar um contrato de resultado com o MEC.

Instituições de excelência não vinculadas ao ministério, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) já manifestaram interesse em participar da iniciativa

O texto reformulado inclui as fundações de apoio no processo. A proposta visa dar maior segurança jurídica na relação entre instituições de ensino e as fundações de apoio, fomentando a captação de recursos próprios.

A forma de financiamento está mantida. O novo texto ressalta, porém, que as receitas provenientes das fontes privadas são adicionais e não substituem as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as instituições federais de ensino superior.

O MEC reitera que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos.

Future-se – O programa foi lançado em 17 de julho de 2019. O intuito é dar maior autonomia às instituições federais de educação superior, que hoje dependem praticamente 100% do orçamento da União.

Sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares da iniciativa. O fomento à captação de recursos próprios, à pesquisa, ao empreendedorismo e à internacionalização são pontos-chave. As instituições participantes do Programa poderão ter acesso a recursos de fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, microcrédito produtivo orientado e fundos patrimoniais.

O Future-se tenta tornar mais eficiente práticas já existentes. As instituições já contam com receitas próprias — cerca de R\$ 1 bilhão de universidades, institutos e hospitais universitários somados. Mas os recursos não apresentam retorno direto para as atividades por conta de limitação legal. O dinheiro arrecadado vai para a Conta Única do Tesouro. A proposta do MEC visa à desburocratização do recebimento dessa verba.

Já na data de lançamento, o programa entrou em pré-consulta pública. Foram mais de 40 dias para recebimentos de sugestões: quase 60 mil cadastros.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério da Educação

MEC
(61) 2022-7540
imprensa@mec.gov.br

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil

Relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados concluiu que o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado © Getty Images
Relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados concluiu que o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado

Desde o dinheiro que financia a maior parte da educação básica pública e mudanças na

formação de professores, até o modelo de funcionamento das universidades federais e a própria permanência do ministro da Educação no cargo. Esses são alguns dos temas que devem dominar os debates educacionais do Brasil em 2020, depois de um ano turbulento em um dos ministérios mais importantes do país.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação (MEC) em abril, com o objetivo de "acalmar os ânimos" depois das polêmicas envolvendo seu antecessor, Ricardo Vélez. As polêmicas, porém, estavam longe de terminar: primeiro, o MEC teve um contingenciamento de verbas de cerca de R\$ 6 bilhões (segundo o ministério, esse dinheiro já foi liberado), à espera da reforma da Previdência e por causa do que o ministro chamou de "situação dramática do país do ponto de vista fiscal".

Quem primeiro sentiu os efeitos foram as universidades federais, que tiveram recursos congelados e foram alvo de acusações, por parte de Weintraub — sem que tenham sido oferecidas provas concretas —, de "balbúrdia" e de terem "plantações de maconha" e "laboratórios de drogas".

O ensino superior foi afetado também pelo congelamento do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Segundo a **Capes**, o orçamento da instituição já foi restaurado.

Na educação básica, o panorama tampouco foi alentador. Um relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados, tornado público em novembro pelo jornal Estado de S.Paulo, concluiu que "o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado", sem que haja "priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

O MEC se disse "aberto ao diálogo" e afirmou que áreas técnicas estão analisando o relatório para avaliar possíveis contribuições a ele. Sobre as opiniões de especialistas citadas na reportagem abaixo, o ministério afirmou que não se manifestaria.

Essas discussões provavelmente vão se estender ao longo de 2020, ao lado de questões decisivas para a educação brasileira no ano que vem. Veja a seguir algumas delas:

Fundeb, o fundo bilionário da educação que vai expirar

Audiência pública sobre o Fundeb na Câmara, em junho; existe um impasse em torno de o quanto a União deve contribuir ao fundo © Luis Fortes/MEC Audiência pública sobre o Fundeb na Câmara, em junho; existe um impasse em torno de o quanto a União deve contribuir ao fundo

A maior parte (cerca de 60%) dos gastos na educação pública brasileira vem do Fundeb, um fundo bilionário de dinheiro público que entrou em vigor em 2007, mas que, por lei, expira em 31 de dezembro de 2020. Ou seja, obrigatoriamente até o final do ano que vem, governo e Congresso têm de aprovar o que vai acontecer com o Fundeb — caso contrário haverá uma desordem total no pagamento de salários de professores, manutenção e construção de escolas etc.

"Sem o Fundeb seria o caos absoluto, porque a maior parte dos municípios depende do fundo para garantir a folha de pagamento", explica à BBC News Brasil Binho Marques,

que foi secretário de Educação e governador do Acre pelo PT e hoje é gestor de políticas públicas.

É que estamos falando de muito dinheiro: em 2018, o Fundeb contou com R\$ 150 bilhões, sendo 90% deles pagos por Estados e municípios (via impostos como ICMS) e 10% pagos pelo governo federal.

A discussão sobre o Fundeb se estendeu por boa parte de 2019 no Congresso, mas sem um consenso. Um relatório preliminar apresentado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na Câmara, prevê que o dinheiro injetado pelo governo federal aumente desses atuais 10% para 15% a partir de 2021 e, gradativamente, chegue até 40%, desafiando assim Estados e municípios.

O governo federal, por enquanto, tem se recusado a aumentar sua contribuição para além de 15%, afirmando que chegar a 40% teria um impacto de R\$ 279,8 bilhões em seu orçamento até 2031. O MEC afirmou em dezembro que terá uma proposta própria para um novo Fundeb, que "leva em consideração a responsabilidade fiscal com as contas públicas ao mesmo tempo que garante um piso, tecnicamente recomendável, para garantir a boa educação de uma criança".

"Municípios e Estados precisam de mais recursos para fazer as escolas funcionarem e pagar salários", queixa-se à BBC News Brasil Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que defende que o governo federal chegue ao patamar de 40%. Ele argumenta que, diante dos recentes cortes orçamentários em outras áreas do MEC, é possível que, ficando apenas no patamar de 15%, os aportes do governo federal acabem, na ponta do lápis, menores do que eram antes.

Diante do impasse, e considerando que o Congresso funcionará em ritmo reduzido no segundo semestre do ano que vem (por causa das eleições municipais), Cara prevê que é possível que o Fundeb acabe sendo prorrogado, em seu modelo atual, em vez de alterado. "Não é a pior alternativa — pior é não ter Fundeb", diz.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais da organização Todos Pela Educação, embora a discussão em torno do financiamento esteja travada, foi possível encontrar convergência no Congresso em outros pontos relacionados ao Fundeb, por exemplo, melhorando a distribuição de dinheiro não apenas para os Estados mais pobres, mas também para municípios mais pobres dentro de Estados mais ricos.

Mudanças na formação de professores

Melhorar a formação de professores é considerado crucial no Brasil, mas existe um grande debate sobre como colocar isso em prática.

O MEC acaba de homologar, em 20 de dezembro, uma resolução redigida por um órgão independente (embora associado ao ministério), o Conselho Nacional de Educação, com novas diretrizes para a formação de professores.

Essa resolução amplia a duração dos cursos de licenciatura (de 3 para 4 anos), obriga que ao menos 25% do curso seja presencial e dá mais ênfase na prática do dia a dia do ensino, e menos na teoria.

"A resolução induz os cursos (de Pedagogia e licenciaturas) a estarem mais voltados à prática em salas de aula e com estágios desde o primeiro ano, em linha com o que fazem os países com melhores resultados na educação", opina Nogueira, do Todos Pela Educação.

Embora não haja um calendário claro de quando essas mudanças começarão a entrar em prática, a resolução diz quais competências são esperadas nos cursos de Pedagogia, o que deve levar a mudanças no Enade (exame que avalia os alunos de cursos de graduação) — isso, por consequência, induzirá mudanças nos currículos de Pedagogia das universidades, diz Nogueira.

Não há, no entanto, consenso em torno das ideias por trás da resolução, particularmente quanto a reduzir a teoria pedagógica.

"O professor sem teoria pedagógica é o mesmo que um engenheiro que não domina a matemática", opina Daniel Cara. "Falar que o ensino é distante da prática é não conhecer a realidade do ensino superior privado brasileiro, onde só tem prática. (O problema é que) os alunos chegam com um déficit enorme da educação básica, sem serem capazes de formular um argumento, sem saber as operações matemáticas. Como ele vai dar aula assim?"

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV Rio, "não é que a teoria não faça sentido, mas é preciso ter um diálogo maior entre teoria e prática" do que é feito hoje nas escolas. Embora considere a resolução positiva, ela vê como desafio principal colocar o novo currículo de professores em prática.

Ensino superior: Mudanças no EAD e no financiamento das federais

Em dezembro, o MEC publicou uma portaria permitindo que até 40% da carga horária de cursos superiores seja feita à distância (o chamado EAD, de "educação à distância"), à exceção de Medicina.

Antes, esse percentual era limitado a 20%, sendo ampliado a 40% apenas em alguns casos específicos. A portaria, segundo a agência Reuters, levou no mesmo dia a um aumento do valor, em bolsa, das ações dos grandes grupos de educação privada, que concentram a maior parte do ensino superior do país.

Educação à distância é mais barata e acessível, mas também é vista com ceticismo © Getty Images Educação à distância é mais barata e acessível, mas também é vista com ceticismo

O modelo EAD é mais econômico para alunos e universidades, mas é visto com ceticismo por muitos especialistas em educação.

"Não é um problema o ensino adulto ter parte de seu currículo em EAD, (...) mas o aprendizado (humano) é muito vivencial — precisamos de um ambiente de aprendizagem e não temos ainda tecnologias adequadas que substituam com qualidade a mediação" feita pelo professor e pelo ambiente de sala de aula, opina Claudia Costin.

Enquanto isso, no ensino público, existe preocupação quanto à saúde financeira das

universidades federais, que, segundo o MEC, já tiveram suas verbas liberadas, mas agora estão diante de outro polêmico projeto do governo: o Future-se.

O projeto foi apresentado pelo MEC como uma forma de "dar maior autonomia financeira a universidades e institutos (federais) por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo", de forma a complementar os orçamentos dessas instituições.

No entanto, desde o lançamento do projeto, em julho, surgiram críticas de reitores e especialistas quanto a se o Future-se não pode, na verdade, diminuir a autonomia das universidades, que passariam a depender mais do capital privado do que do público.

Por enquanto, porém, isso está no plano dos debates: ainda não se sabe se o Future-se vai vigorar, nem em que formato.

Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, a ideia é enviá-lo como projeto de lei para tramitação no Congresso em 2020. O objetivo, diz ele ao site do MEC, é "reduzir as iniquidades que existem hoje no planejamento orçamentário" entre as universidades do país.

"A ideia é que, com o Future-se, a gente tenha receitas adicionais de caráter privado. Aproximando as instituições federais de ensino superior ao setor produtivo que garante o aumento das nossas taxas de sucesso, de concluintes e, ao mesmo tempo também aumenta a empregabilidade dos nossos alunos."

Escolas cívico-militares

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1184612365368729600>

Segundo o MEC, em 2020 começarão a funcionar 54 escolas cívico-militares em 23 Estados e no Distrito Federal, em um projeto-piloto em parceria com o Ministério da Defesa.

"Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que acreditamos que vai ter um amplo sucesso no Brasil", afirmou em novembro o ministro Abraham Weintraub, prometendo orçamento de R\$ 1 milhão para cada escola. O plano é implementar 216 instituições do tipo até 2023.

É prevista a atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Existem, também, iniciativas estaduais: a Bahia, por exemplo, tem atualmente, segundo levantamento da Folha de S. Paulo, 83 escolas militarizadas, em parceria de prefeituras com a PM sob o governador Rui Costa (PT).

É um modelo bastante questionado por especialistas, desde sua viabilidade em âmbito nacional até sua essência.

"Entendo a motivação por trás das escolas cívico-militares (de promover a disciplina nas escolas), mas se essa disciplina robotizar os alunos, eles não aprenderão as competências para, no futuro, não serem substituídos por máquinas no mercado de

trabalho", afirma Claudia Costin. "No curto prazo, ela pode melhorar as notas dos alunos, mas não os prepara para o mundo. É pelo protagonismo juvenil que se consegue disciplina."

"É um programa bastante tímido do ponto de vista de escala" para um país do tamanho do Brasil, afirma Nogueira, do Todos Pela Educação. "Ainda bem, na verdade, porque é uma solução equivocada em política pública de larga escala. Pese ao desafio de segurança nas escolas, o modelo proposto vai contra ao que sistemas de excelência (no mundo) preveem."

Prédio da UFRJ em foto de 2015; neste 2019, contingenciamento de verbas afetou funcionamento das universidades federais © Fernando Frazão/Agência Brasil Prédio da UFRJ em foto de 2015; neste 2019, contingenciamento de verbas afetou funcionamento das universidades federais

Outro perigo, opina Binho Marques, é que essas escolas acabem recebendo um aporte desproporcional de recursos do MEC, deixando menos para as demais. Se isso ocorrer, "será muito dinheiro gasto com poucos, o que aumenta a desigualdade", diz.

Nogueira e Costin afirmam que o Brasil já tem modelos melhores de educação no ensino médio, como o de educação integral implementado em Pernambuco e hoje em expansão para outros Estados, que prevê ensino com projetos e disciplinas eletivas e conexão entre os sonhos de vida dos alunos e o conteúdo ensinado na escola.

"É uma solução mais passível de escala e que consegue oferecer um ambiente melhorado, com disciplina, mas seguindo a lógica de dar boas condições de trabalho (a alunos e professores) e um bom esforço pedagógico", diz Nogueira.
Permanência do ministro em discussão

Abraham Weintraub tem sido apontado por colunistas de política como um dos ministros que poderiam ser trocados por Jair Bolsonaro — algo que o presidente tem negado publicamente.

"No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. Tem certos jornalistas criticando (mas) está tudo bem", disse, segundo o Estado de S. Paulo, em 18 de dezembro.

Especialistas em educação, no entanto, são críticos tanto ao estilo combativo do ministro, quanto à própria gestão no MEC.

Abraham Weintraub em audiência na Câmara em dezembro, para explicar declarações polêmicas sobre plantações de maconha em universidades federais © Luis Fortes/MEC
Abraham Weintraub em audiência na Câmara em dezembro, para explicar declarações polêmicas sobre plantações de maconha em universidades federais

Para Olavo Nogueira, do Todos Pela Educação, a educação brasileira não está parada, mas isso tem ocorrido "a despeito do MEC, que está ausente da produção de políticas efetivas. Foi lançada pelo governo uma Política Nacional de Alfabetização, mas na melhor das hipóteses temos um documento reunindo evidências, que não dá para chamar de política efetiva. Não está claro como ela como chegará nos alunos, quais são suas metas, plano de ação ou orçamento".

"Mantido o atual ministro, o foco será o uso do MEC para a promoção da plataforma político-ideológica do governo Bolsonaro, e isso é muito ruim", opina Nogueira.

Daniel Cara, porém, avalia que Weintraub tem se fortalecido como um nome próximo ao clã Bolsonaro em São Paulo, região onde o presidente perdeu importantes aliados quando rompeu com seu antigo partido, o PSL.

"O que me angustia é que o debate está muito dedicado a criticar o ministro, e não ao governo como um todo, quando na verdade o ministro cumpre com uma agenda de governo e é fiel a ela", opina.

Binho Marques diz que outra preocupação do setor é com a possibilidade de que se acabe com o patamar mínimo que Estados e municípios têm que investir em educação e saúde — segundo a Folha de S. Paulo noticiou em outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda medida do tipo, que desobrigaria governos a investir nessas áreas.

"Foi um ano de grande retrocesso para a educação", opina Marques, citando também o fim (ainda na gestão Vélez) da secretaria do MEC responsável por promover inclusão e igualdade na educação.

Weintraub, por sua vez, tem dito que o MEC sob Bolsonaro promove "gestão, eficiência e respeito ao pagador de impostos".

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

IFF Campos abre inscrições para seu primeiro curso de doutorado

Objeto de estudo são os recursos hídricos. Candidatos devem se inscrever até 1º de março, no site do instituto

Campos — Aprovado em outubro, o primeiro curso de doutorado do Instituto Federal Fluminense (IFF) começa a ganhar vida na segunda, dia 6, quando abrem as inscrições para o Programa de Pós-graduação em Modelagem e Tecnologia para Meio Ambiente Aplicadas em Recursos Hídricos (AmbHidro). O inédito curso será oferecido no IFF Campos Centro, ainda neste primeiro semestre. O período para se candidatar a uma vaga acaba em 1º de março.

O doutorado possui duas linhas de pesquisa: Modelagem para Meio Ambiente Aplicada em Recursos Hídricos e Tecnologia para Meio Ambiente Aplicada em Recursos Hídricos. Podem participar da seleção os portadores de diploma de mestrado obtido em cursos reconhecidos pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Esse doutorado é um curso muito aguardado por nós do IFF, elaborado com muita dedicação e parcerias”, comemora Simone Vasconcelos, diretora de pós-graduação do IFF. “Tenho certeza que este curso contribuirá de forma efetiva para toda comunidade, possibilitando soluções tecnológicas para uma área vital”.

O processo seletivo será constituído por duas etapas: análise do currículo Lattes e do projeto de pesquisa; e entrevista de caráter eliminatório e classificatório, a ser realizada entre os dias 17 e 19 de março.

Além de destacar a importância para a instituição a abertura de um curso de doutorado, permitindo uma formação completa dos alunos, o reitor do IFF, Jefferson Manhães, ressalta que o objeto de estudo em questão será o principal tema de debate e

preocupação deste século.

“A água é hoje o grande patrimônio e maior desafio para a humanidade. Pensar os recursos hídricos é fundamental para a agricultura, indústria, para a sobrevivência humana e para os desafios de conciliar interesses tão grandes que dependem desses recursos”, diz Jefferson.

As inscrições devem ser feitas em www.inscricoes.iff.edu.br. A taxa, no valor de R\$ 60,00, precisa ser paga até o dia 2 de março, em qualquer agência do Banco do Brasil. Os pedidos de isenção podem ser feitos de 20 de janeiro a 14 de fevereiro, das 9 às 19h, no setor de Protocolo do Campus Campos Centro.

topo ↕

REVISTA AMAZÔNIA - NOTÍCIAS

Mestrado de estudos clínicos em diabetes na Amazônia

Curso será ofertado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, em Belém (PA). O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início nesta quinta-feira, 2 de janeiro.

Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo.

O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região.

A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso. Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial.

“A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa:

Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações
Prevenção e qualidade de vida no diabetes

A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

REVISTA CAFEICULTURA - NOTÍCIAS

Diretor do IAC é eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências

O pesquisador científico e diretor-geral do Instituto Agrônomo (IAC), Marcos Antonio Machado, foi eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC) na área de Ciências Agrárias.

A relação dos novos membros titulares e correspondentes resulta da eleição encerrada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2019, na Sede da ABC, no Rio de Janeiro. A posse dos novos Acadêmicos será realizada no Rio de Janeiro, na Escola Naval, em 13 de maio de 2020. Os membros titulares são cientistas radicados no Brasil há mais de dez anos, com destacada atuação científica. O IAC é ligado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Machado é diretor-geral do IAC desde 24 de janeiro de 2019. Pesquisador do Instituto da área de citricultura, foi diretor do Centro de Citricultura "Sylvio Moreira" do IAC de 17 de maio de 2003 a 1º de agosto de 2018, quando se tornou diretor-técnico do Centro de Programação de Pesquisa do IAC. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília, em 1978, tem mestrado em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, em 1981, e doutorado em Agronomia, pela Justus Liebig Universität, Giessen, na Alemanha, em 1987.

Além das atividades no IAC, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Genômica Comparativa e Funcional e Melhoramento Assistido de Citros (INCT II), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Comitê Assessor do CNPq na área de Biotecnologia. Participa como orientador de mestrado e doutorado em cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas áreas de genética, biologia molecular e biologia funcional e molecular; e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), na área de genética.

Como pesquisador e gestor, Machado valoriza a qualificação da equipe como condutora ao futuro do conhecimento e enxerga a unidade de pesquisa como geradora e difusora de ciência e tecnologia, tendo o agricultor como usuário constante dos recursos gerados.

Marcos Antonio Machado, diretor-geral do IAC

topo 

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil

Desde o dinheiro que financia a maior parte da educação básica pública e mudanças na formação de professores, até o modelo de funcionamento das universidades federais e a própria permanência do ministro da Educação no cargo. Esses são alguns dos temas que devem dominar os debates educacionais do Brasil em 2020, depois de um ano turbulento em um dos ministérios mais importantes do país.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação (MEC) em abril, com o objetivo de "acalmar os ânimos" depois das polêmicas envolvendo seu antecessor, Ricardo Vélez. As polêmicas, porém, estavam longe de terminar: primeiro, o MEC teve um contingenciamento de verbas de cerca de R\$ 6 bilhões (segundo o ministério, esse dinheiro já foi liberado), à espera da reforma da Previdência e por causa do que o ministro chamou de "situação dramática do

país do ponto de vista fiscal".

Quem primeiro sentiu os efeitos foram as universidades federais, que tiveram recursos congelados e foram alvo de acusações, por parte de Weintraub ? sem que tenham sido oferecidas provas concretas ?, de "balbúrdia" e de terem "plantações de maconha" e "laboratórios de drogas".

O ensino superior foi afetado também pelo congelamento do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Segundo a **Capes**, o orçamento da instituição já foi restaurado.

Na educação básica, o panorama tampouco foi alentador. Um relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados, tornado público em novembro pelo jornal Estado de S.Paulo, concluiu que "o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado", sem que haja "priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

O MEC se disse "aberto ao diálogo" e afirmou que áreas técnicas estão analisando o relatório para avaliar possíveis contribuições a ele. Sobre as opiniões de especialistas citadas na reportagem abaixo, o ministério afirmou que não se manifestaria.

Essas discussões provavelmente vão se estender ao longo de 2020, ao lado de questões decisivas para a educação brasileira no ano que vem. Veja a seguir algumas delas: Fundeb, o fundo bilionário da educação que vai expirar

A maior parte (cerca de 60%) dos gastos na educação pública brasileira vem do Fundeb, um fundo bilionário de dinheiro público que entrou em vigor em 2007, mas que, por lei, expira em 31 de dezembro de 2020. Ou seja, obrigatoriamente até o final do ano que vem, governo e Congresso têm de aprovar o que vai acontecer com o Fundeb ? caso contrário haverá uma desordem total no pagamento de salários de professores, manutenção e construção de escolas etc.

"Sem o Fundeb seria o caos absoluto, porque a maior parte dos municípios depende do fundo para garantir a folha de pagamento", explica à BBC News Brasil Binho Marques, que foi secretário de Educação e governador do Acre pelo PT e hoje é gestor de políticas públicas.

É que estamos falando de muito dinheiro: em 2018, o Fundeb contou com R\$ 150 bilhões, sendo 90% deles pagos por Estados e municípios (via impostos como ICMS) e 10% pagos pelo governo federal.

A discussão sobre o Fundeb se estendeu por boa parte de 2019 no Congresso, mas sem um consenso. Um relatório preliminar apresentado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na Câmara, prevê que o dinheiro injetado pelo governo federal aumente desses atuais 10% para 15% a partir de 2021 e, gradativamente, chegue até 40%, desafogando assim Estados e municípios.

O governo federal, por enquanto, tem se recusado a aumentar sua contribuição para além de 15%, afirmando que chegar a 40% teria um impacto de R\$ 279,8 bilhões em

seu orçamento até 2031. O MEC afirmou em dezembro que terá uma proposta própria para um novo Fundeb, que "leva em consideração a responsabilidade fiscal com as contas públicas ao mesmo tempo que garante um piso, tecnicamente recomendável, para garantir a boa educação de uma criança".

"Municípios e Estados precisam de mais recursos para fazer as escolas funcionarem e pagar salários", queixa-se à BBC News Brasil Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que defende que o governo federal chegue ao patamar de 40%. Ele argumenta que, diante dos recentes cortes orçamentários em outras áreas do MEC, é possível que, ficando apenas no patamar de 15%, os aportes do governo federal acabem, na ponta do lápis, menores do que eram antes.

Diante do impasse, e considerando que o Congresso funcionará em ritmo reduzido no segundo semestre do ano que vem (por causa das eleições municipais), Cara prevê que é possível que o Fundeb acabe sendo prorrogado, em seu modelo atual, em vez de alterado. "Não é a pior alternativa ? pior é não ter Fundeb", diz.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais da organização Todos Pela Educação, embora a discussão em torno do financiamento esteja travada, foi possível encontrar convergência no Congresso em outros pontos relacionados ao Fundeb, por exemplo, melhorando a distribuição de dinheiro não apenas para os Estados mais pobres, mas também para municípios mais pobres dentro de Estados mais ricos.

Mudanças na formação de professores

Melhorar a formação de professores é considerado crucial no Brasil, mas existe um grande debate sobre como colocar isso em prática.

O MEC acaba de homologar, em 20 de dezembro, uma resolução redigida por um órgão independente (embora associado ao ministério), o Conselho Nacional de Educação, com novas diretrizes para a formação de professores.

Essa resolução amplia a duração dos cursos de licenciatura (de 3 para 4 anos), obriga que ao menos 25% do curso seja presencial e dá mais ênfase na prática do dia a dia do ensino, e menos na teoria.

"A resolução induz os cursos (de Pedagogia e licenciaturas) a estarem mais voltados à prática em salas de aula e com estágios desde o primeiro ano, em linha com o que fazem os países com melhores resultados na educação", opina Nogueira, do Todos Pela Educação.

Embora não haja um calendário claro de quando essas mudanças começarão a entrar em prática, a resolução diz quais competências são esperadas nos cursos de Pedagogia, o que deve levar a mudanças no Enade (exame que avalia os alunos de cursos de graduação) ? isso, por consequência, induzirá mudanças nos currículos de Pedagogia das universidades, diz Nogueira.

Não há, no entanto, consenso em torno das ideias por trás da resolução, particularmente quanto a reduzir a teoria pedagógica.

"O professor sem teoria pedagógica é o mesmo que um engenheiro que não domina a

matemática", opina Daniel Cara. "Falar que o ensino é distante da prática é não conhecer a realidade do ensino superior privado brasileiro, onde só tem prática. (O problema é que) os alunos chegam com um déficit enorme da educação básica, sem serem capazes de formular um argumento, sem saber as operações matemáticas. Como ele vai dar aula assim?"

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV Rio, "não é que a teoria não faça sentido, mas é preciso ter um diálogo maior entre teoria e prática" do que é feito hoje nas escolas. Embora considere a resolução positiva, ela vê como desafio principal colocar o novo currículo de professores em prática.

Ensino superior: Mudanças no EAD e no financiamento das federais

Em dezembro, o MEC publicou uma portaria permitindo que até 40% da carga horária de cursos superiores seja feita à distância (o chamado EAD, de "educação à distância"), à exceção de Medicina.

Antes, esse percentual era limitado a 20%, sendo ampliado a 40% apenas em alguns casos específicos. A portaria, segundo a agência Reuters, levou no mesmo dia a um aumento do valor, em bolsa, das ações dos grandes grupos de educação privada, que concentram a maior parte do ensino superior do país.

O modelo EAD é mais econômico para alunos e universidades, mas é visto com ceticismo por muitos especialistas em educação.

"Não é um problema o ensino adulto ter parte de seu currículo em EAD, (...) mas o aprendizado (humano) é muito vivencial ? precisamos de um ambiente de aprendizagem e não temos ainda tecnologias adequadas que substituam com qualidade a mediação" feita pelo professor e pelo ambiente de sala de aula, opina Claudia Costin.

Enquanto isso, no ensino público, existe preocupação quanto à saúde financeira das universidades federais, que, segundo o MEC, já tiveram suas verbas liberadas, mas agora estão diante de outro polêmico projeto do governo: o Future-se.

O projeto foi apresentado pelo MEC como uma forma de "dar maior autonomia financeira a universidades e institutos (federais) por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo", de forma a complementar os orçamentos dessas instituições.

No entanto, desde o lançamento do projeto, em julho, surgiram críticas de reitores e especialistas quanto a se o Future-se não pode, na verdade, diminuir a autonomia das universidades, que passariam a depender mais do capital privado do que do público.

Por enquanto, porém, isso está no plano dos debates: ainda não se sabe se o Future-se vai vigorar, nem em que formato.

Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, a ideia é enviá-lo como projeto de lei para tramitação no Congresso em 2020. O objetivo, diz ele ao site do MEC, é "reduzir as iniquidades que existem hoje no planejamento orçamentário" entre

as universidades do país.

"A ideia é que, com o Future-se, a gente tenha receitas adicionais de caráter privado. Aproximando as instituições federais de ensino superior ao setor produtivo que garante o aumento das nossas taxas de sucesso, de concluintes e, ao mesmo tempo também aumenta a empregabilidade dos nossos alunos."

Escolas cívico-militares

Segundo o MEC, em 2020 começarão a funcionar 54 escolas cívico-militares em 23 Estados e no Distrito Federal, em um projeto-piloto em parceria com o Ministério da Defesa.

"Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que acreditamos que vai ter um amplo sucesso no Brasil", afirmou em novembro o ministro Abraham Weintraub, prometendo orçamento de R\$ 1 milhão para cada escola. O plano é implementar 216 instituições do tipo até 2023.

É prevista a atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Existem, também, iniciativas estaduais: a Bahia, por exemplo, tem atualmente, segundo levantamento da Folha de S. Paulo, 83 escolas militarizadas, em parceria de prefeituras com a PM sob o governador Rui Costa (PT).

É um modelo bastante questionado por especialistas, desde sua viabilidade em âmbito nacional até sua essência.

"Entendo a motivação por trás das escolas cívico-militares (de promover a disciplina nas escolas), mas se essa disciplina robotizar os alunos, eles não aprenderão as competências para, no futuro, não serem substituídos por máquinas no mercado de trabalho", afirma Claudia Costin. "No curto prazo, ela pode melhorar as notas dos alunos, mas não os prepara para o mundo. É pelo protagonismo juvenil que se consegue disciplina."

"É um programa bastante tímido do ponto de vista de escala" para um país do tamanho do Brasil, afirma Nogueira, do Todos Pela Educação. "Ainda bem, na verdade, porque é uma solução equivocada em política pública de larga escala. Pese ao desafio de segurança nas escolas, o modelo proposto vai contra ao que sistemas de excelência (no mundo) preveem."

Outro perigo, opina Binho Marques, é que essas escolas acabem recebendo um aporte desproporcional de recursos do MEC, deixando menos para as demais. Se isso ocorrer, "será muito dinheiro gasto com poucos, o que aumenta a desigualdade", diz.

Nogueira e Costin afirmam que o Brasil já tem modelos melhores de educação no ensino médio, como o de educação integral implementado em Pernambuco e hoje em expansão para outros Estados, que prevê ensino com projetos e disciplinas eletivas e conexão entre os sonhos de vida dos alunos e o conteúdo ensinado na escola.

"É uma solução mais passível de escala e que consegue oferecer um ambiente

melhorado, com disciplina, mas seguindo a lógica de dar boas condições de trabalho (a alunos e professores) e um bom esforço pedagógico", diz Nogueira.
Permanência do ministro em discussão

Abraham Weintraub tem sido apontado por colunistas de política como um dos ministros que poderiam ser trocados por Jair Bolsonaro ? algo que o presidente tem negado publicamente.

"No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. Tem certos jornalistas criticando (mas) está tudo bem", disse, segundo o Estado de S. Paulo, em 18 de dezembro.

Especialistas em educação, no entanto, são críticos tanto ao estilo combativo do ministro, quanto à própria gestão no MEC.

Para Olavo Nogueira, do Todos Pela Educação, a educação brasileira não está parada, mas isso tem ocorrido "a despeito do MEC, que está ausente da produção de políticas efetivas. Foi lançada pelo governo uma Política Nacional de Alfabetização, mas na melhor das hipóteses temos um documento reunindo evidências, que não dá para chamar de política efetiva. Não está claro como ela como chegará nos alunos, quais são suas metas, plano de ação ou orçamento".

"Mantido o atual ministro, o foco será o uso do MEC para a promoção da plataforma político-ideológica do governo Bolsonaro, e isso é muito ruim", opina Nogueira.

Daniel Cara, porém, avalia que Weintraub tem se fortalecido como um nome próximo ao clã Bolsonaro em São Paulo, região onde o presidente perdeu importantes aliados quando rompeu com seu antigo partido, o PSL.

"O que me angustia é que o debate está muito dedicado a criticar o ministro, e não ao governo como um todo, quando na verdade o ministro cumpre com uma agenda de governo e é fiel a ela", opina.

Binho Marques diz que outra preocupação do setor é com a possibilidade de que se acabe com o patamar mínimo que Estados e municípios têm que investir em educação e saúde ? segundo a Folha de S. Paulo noticiou em outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda medida do tipo, que desobrigaria governos a investir nessas áreas.

"Foi um ano de grande retrocesso para a educação", opina Marques, citando também o fim (ainda na gestão Vélez) da secretaria do MEC responsável por promover inclusão e igualdade na educação.

Weintraub, por sua vez, tem dito que o MEC sob Bolsonaro promove "gestão, eficiência e respeito ao pagador de impostos".

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Consultores dizem ter trabalhado para o MEC sem receber salário

Cerca de 30 pessoas teriam atuado sem pagamento por dois meses. Ministério não se pronunciou. Unesco, supostamente mediadora dos contratos, negou vínculo com os colaboradores

Ex-colaboradores do Ministério da Educação (MEC) denunciam falta de pagamento por serviço de consultoria técnica prestado entre os meses de maio e junho de 2019. Segundo fontes ouvidas pelo Eu, Estudante, seriam cerca de 30 pessoas nessa situação, que ainda não receberam remuneração. Contatada, a Assessoria de Comunicação Social do órgão se limitou a responder que “o Ministério da Educação não vai se pronunciar sobre o tema”.

Perante a negativa, a equipe de reportagem entrou com pedido de acesso à informação, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). No entanto, a pasta terá até 20 dias para responder à solicitação. Os ex-colaboradores do MEC sem salário contam que já trabalhavam para o ministério antes, por meio de contrato mediado pela OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) que teria terminado em abril, sem ser renovado.

Na época, o MEC teria selecionado um grupo de consultores que teriam a permanência estendida no órgão migrando para um próximo contrato, válido para maio e junho. O novo documento teria mediação da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A mudança contratual não foi justificada. No entanto, em julho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que o órgão achou indícios de irregularidades em contratos firmados com OEI.

Por esse motivo, o MEC suspendeu todas as parcerias com a entidade. Quando isso aconteceu, os contratos dos consultores que denunciam a falta de pagamento já tinham sido encerrados. Eles, inclusive, já teriam migrado para esse novo acordo via Unesco e prestado o serviço. O problema é que esses trabalhadores denunciam nunca terem sido pagos pela Unesco.

Para completar, a própria Unesco nega qualquer ligação com os consultores em questão. Em nota enviada por e-mail, a Assessoria de Comunicação e Imprensa do organismo internacional afirmou que “a Unesco não possui nenhuma relação contratual ou de prestação de serviço com os consultores que, segundo a reportagem do Correio, estariam cobrando pagamentos da Organização”.

Atrás da remuneração

Gesley Batista Rodrigues, 34 anos, integra o grupo de pessoas que não teriam recebido pagamento por dois meses de serviço. Ele atuou no MEC como desenvolvedor de sistemas por oito meses. “Esse último foi uma espécie de contrato emergencial. O anterior, de seis meses, seria renovável por mais seis, mas, como houve troca de governo, muita coisa mudou e optaram por esse até que se tivesse uma definição”, supõe.

Os ex-consultores relatam que, em vez de um contrato tradicional, como era feito antes via OEI, receberam apenas um termo de compromisso ou recibo de prestação de serviço, por e-mail, que foi preenchido e encaminhado para a coordenadora da unidade de Gestão de Projetos. Apesar de o documento citar o comprometimento com a Unesco, não há espaço para a assinatura de ninguém do organismo internacional.

Além disso, o campo que deveria ser preenchido por um coordenador do MEC também ficou em branco. O prometido era que a remuneração seria paga em até 10 dias após o encerramento de cada termo de compromisso, sendo que cada um dos cerca de 30

documentos tinha uma data diferente de término. O que não teria acontecido. Os ex-consultores dizem também não ter recebido uma segunda via do termo de compromisso.

Gesley conta que obteve a dele após enfrentar muita burocracia. “Para conseguir essa cópia, tive que abrir uma sindicância no site e me enviaram uma versão digital dele”, relata. O graduado em relações internacionais Wellington Batista dos Santos, 37, começou a prestar serviços para o MEC em dezembro de 2018. Ele era um dos responsáveis pelos pagamentos dos contratos de TI (tecnologia de informação) e conta que se sentiu inseguro quando recebeu o novo termo do MEC.

“Não tinha segurança jurídica nenhuma, mas continuamos fazendo o nosso trabalho. Entregamos o recibo, assim como era na OEI, mas até agora (não recebemos) nada”, queixa-se. Em janeiro, completam-se seis meses sem pagamento. O técnico em contabilidade Luciano Gomes de Souza, 53, revela que precisou até mesmo vender o carro para pagar dívidas após levar “calote” do ministério. Continua depois da publicidade

Segundo Luciano, poucos dias antes do fim do termo de compromisso, o acesso aos computadores foi retirado e, no dia seguinte ao encerramento, já foi impedido de entrar no prédio do MEC. O mesmo teria acontecido com colegas de trabalho. “O que mais me chateia é que trabalhei no MEC durante 10 anos para, no fim, ser tratado desse jeito”, desabafa.

“Não recebemos explicação”

Outra na mesma situação é Fernanda Riera, 40, graduada em direito. Ela prestou serviços de consultoria na Diretoria de Tecnologia da Informação e diz que, por diversas vezes, fez contato com a Coordenação de Projetos do MEC para saber o que estava acontecendo, porém nunca foi devidamente respondida. “Ninguém sabia justificar a situação”, descreve. Em 24 de julho, Fernanda se reuniu com cerca de 30 outros ex-consultores na mesma condição.

Juntos, redigiram uma notificação exigindo o pagamento ou pelo menos uma explicação para o atraso. Cada um deles preencheu seus dados no modelo e entregou no protocolo do MEC e da Unesco. De acordo com ela, a notificação foi necessária porque eles foram proibidos de entrar até mesmo na Ouvidoria. “Ninguém nos recebeu para dar uma satisfação sobre esse pagamento. Nunca nos falaram nada, nem que não iam pagar. Simplesmente não nos atendiam”, denuncia.

Transtornos continuam

O analista de sistemas Guilherme Araujo, 29, assinou o primeiro contrato com o MEC em abril de 2018. Ele relata que, assim que foi publicada no Diário Oficial da União a nulidade do acordo firmado entre o MEC e OEI, conforme foi noticiado pelo Correio Braziliense, o diretor de TI do ministério convocou uma reunião para informar a decisão aos servidores. Quando Guilherme questionou o que aconteceria com os contratos via Unesco, ele teria demonstrado surpresa, pois não sabia da existência desses.

“Eles simplesmente ignoraram o nosso trabalho”, critica. Ele está indignado, uma vez que fez seu trabalho no prazo e da maneira correta, sem, no entanto, ter sido pago. “Eu tive um período muito complicado. Sou pai de duas crianças. Além do não pagamento, houve desrespeito com os profissionais. Isso é lamentável”, enfatiza. Eduardo Ramos

Machado, 54, formado em educação física com pós-graduação em gestão de projetos, atuava como analista no MEC.

Assim como Luciano, precisou vender o carro para saldar dívidas. Não só o dele como o da mulher. “A gente teve que se virar para conseguir dinheiro e honrar nossos compromissos”, desabafa. Luiz Telles, 55, graduado em ciência da computação, atuou como consultor na área de TI durante um ano. Depois do calote, diz que chegou a fazer uma reclamação formal na Controladoria-Geral da União (CGU) contra o diretor de TI.

Isso geraria um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que não teve andamento. Sem resultados, Luiz e mais alguns ex-colaboradores entraram na Justiça solicitando a remuneração e indenização por danos morais, devido ao desgaste que tiveram até agora tentando resolver o problema. Luiz entrou com uma ação conjunta e outra individual. Ele conta que cerca de dois ou três consultores conseguiram continuar trabalhando no ministério e foram orientados a não falar nada sobre o assunto.

“Tudo bem ter encerrado o contrato, mas nós queremos receber pelo que trabalhamos”, cobra. Sem resposta do MEC sobre o caso, a equipe de reportagem solicitou esclarecimentos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic) e atualizará esta matéria assim que obtiver uma resposta.

Funcionários fantasmas?

Durante a conversa com o Eu, Estudante, alguns consultores confessaram a suspeita de que havia colaboradores fantasmas vinculados ao mesmo contrato, pois notaram pessoas que só apareciam no ministério no dia de entrega de relatório ou outros serviços, mas sem dar expediente em todo o resto do tempo.

Histórico

Em 4 de julho de 2019, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou, durante entrevista coletiva de imprensa, a existência de sinais de irregularidades em contratos de consultores técnicos do MEC e decidiu encerrar os que ainda estavam valendo. Apesar de indícios de irregularidades terem sido encontrados somente nos acordos que eram vinculados à OEI, o MEC não renovou contratos com outros consultores, regidos supostamente pela Unesco.

*Estagiária sob supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Renan Filho anuncia rateio do Fundeb para professores da rede pública de AL
Governador disse que projeto que autoriza o repasse segue na próxima semana para Assembleia Legislativa.**

O governador de Alagoas Renan Filho (MDB) anunciou nas redes sociais que vai repassar para os professores da rede pública estadual valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo Filho, o projeto para que o rateio seja consolidado será encaminhado na próxima para Assembleia Legislativa (ALE) para a apreciação dos deputados estaduais.

"O valor será superior ao de uma folha de pagamento. Ou seja, você vai receber um valor superior ao salário que você recebe mensalmente. Isso significa dizer que será um 14ª maior que o 13º. Uma grande boa nova para o professorado e nós já vamos na próxima semana enviando o projeto de lei para a Assembleia Legislativa. Já que os recursos entraram no finalzinho do ano e não puderam ser pagos com o orçamento em andamento nesse ano passado. A gente então precisa de um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa pra gente poder pagar. Mas isso deve ocorrer logo com o retorno da assembleia pra gente pagar todos os professores de Alagoas", expôs.

Bônus do IDEB

No mesmo dia, o governador anunciou que vai pagar nesta sexta-feira (3) o bônus por atingimento de meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No total, foi liberado R\$ 4,4 milhões apenas para as escolas que atingiram a meta do governo.

"São R\$ 4,4 milhões para os professores do estado que trabalharam, se dedicaram e fizeram as suas escolas atingirem a meta do governo que é superior a meta do MEC. Isso fez com que Alagoas tivesse um dos maiores crescimento na qualidade da educação de todo o Brasil", diz.

Segundo o governador, o bônus é para todo mundo da escola, professores e servidores.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo coloca em consulta pública programa Future-se pela 2ª vez

O despacho foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Sugestões podem ser feitas até o dia 24 deste mês

O governo colocou mais uma vez em consulta pública o projeto de lei que cria o programa Future-se. O PL, elaborado pelo Ministério da Educação, dá autonomia financeira a universidades e institutos federais.

O despacho da Casa Civil foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (03/01/2020). Sugestões aos projeto — que está disponível na internet — podem ser feitas até o dia 24 de janeiro deste mês.

Esta é a segunda vez que o governo coloca o projeto de lei em consulta pública. Em agosto do ano passado, o Future-se estava disponível no site do MEC.

A criação do programa foi anunciada em julho do ano passado. O modelo foi inspirado em experiências semelhantes ocorridas na Europa, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Entre as medidas, o Future-se permite que reitorias façam Parcerias Público-Privadas (PPPs), comodato ou cessão de prédios e lotes; autoriza que universidades contratem organizações sociais (OS) para cuidar de contratos de serviço; permite a aplicação de investimentos das universidades na Bolsa de Valores; entre outros.

O PL tem sofrido críticas de educadores e especialistas. Para eles, o programa pode aumentar a desigualdade entre as instituições e não resolve a crise financeira que muitas instituições têm enfrentado.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

CLIPPING



Governo abre consulta pública sobre programa do MEC para universidades

A Casa Civil da Presidência da República pôs em consulta pública projeto de lei que institui o Future-se, programa do Ministério da Educação voltado para universidades e institutos empreendedores e inovadores. O despacho com a abertura da consulta está no Diário Oficial da União (DOU).

Os interessados no tema podem enviar sugestões até o dia 24 de janeiro à Casa Civil pelo correio eletrônico futureseconsulta@mec.gov.br ou pelo site <http://www.participa.br/future-se>.

Lançado em julho de 2019, o Future-se tem como objetivo, segundo o MEC, dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. O texto do projeto está disponível no Diário Oficial.

